

LEONARDO DE OLIVEIRA SOUZA

COLEÇÃO QUILOMBOS DE GOIÁS



**MEMÓRIAS DO TEMPO: A FORMAÇÃO DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA BOA NOVA
DE PROFESSOR JAMIL**

LEONARDO DE OLIVEIRA SOUZA

COLEÇÃO QUILOMBOS DE GOIÁS

**MEMÓRIAS DO TEMPO: A FORMAÇÃO DA
COMUNIDADE QUILOMBOLA BOA NOVA
DE PROFESSOR JAMIL**

Elias de Pádua Monteiro

Reitor do IF Goiano

Luciano Carlos Ribeiro da Silva

Pró-reitoria de Extensão

Geísa D'Ávila Ribeiro Boaventura

Pró-reitoria de Ensino

Gilson Dourado da Silva

Pró-reitoria de Administração

Ana Maria Rodrigues de Resende

Pró-reitoria de Gestão de Pessoas

Alan Carlos da Costa

Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Equipe do Núcleo da Editora IF Goiano

Sarah Suzane Bertolli

Coordenadora Editorial

Daiane de Oliveira Silva

Assessora Técnica

Ana Paula Oliveira Sousa

Assessora Editorial

Revisão textual

Bárbara Rayne Nunes Cardoso (Coelum Editorial)

Projeto gráfico e diagramação

Bruna Ranyne Nunes Cardoso (Coelum Editorial)

Capa

Dhandara Entreportes (Coelum Editorial)

Bibliotecária responsável

Daiane de Oliveira Silva

Esta obra é parte dos resultados do Projeto de Extensão Escola Quilombo – Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: formação de gestores e docentes para a educação das relações étnico-raciais, desenvolvido pelo Instituto Federal Goiano em parceria com a Coordenação-Geral de Educação Escolar Quilombola, vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC).

As atividades de pesquisa, escuta, registro e sistematização de narrativas, experiências e práticas educativas que deram origem a esta obra foram realizadas em consonância com os preceitos éticos estabelecidos para pesquisas envolvendo seres humanos, tendo sido aprovadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Parecer Consubstanciado nº 7.954.830 e CAAE: 93147625.1.0000.0036

Tatianne Silva Santos

Coordenadora do Projeto de Extensão Escola Quilombo – Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: formação de gestores e docentes para a educação das relações étnico-raciais

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) – Instituto Federal Goiano

C837m Memórias do tempo: a formação da comunidade quilombola Boa nova de professor Jamil / Leonardo de Oliveira Souza- 1. ed. - Goiânia: IF Goiano, 2026. 81 p., il.

ISBN (e-book): 978-85-65871-69-3

ISBN (impresso): 978-85-65871-68-6

Coleção quilombos de Goiás

1. Educação escolar quilombola. 2. Relações étnico-raciais. 3. Memória quilombola. 3. Ancestralidade. I. Souza, Leonardo de Oliveira . II. IF Goiano. III. Título.

CDU: 37.014.53

Ficha elaborada por Daiane de Oliveira Silva – Bibliotecário/CRB 1 nº 2685

PREFÁCIO

Este livro integra as ações do Projeto de Extensão Escola Quilombo – Curso de Aperfeiçoamento em Educação Escolar Quilombola: formação de gestores e docentes para a educação das relações étnico-raciais, desenvolvido em 2025 e 2026 pelo Instituto Federal Goiano (IF Goiano), em atendimento à carta-convite da Coordenação-Geral de Educação Escolar Quilombola da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC).

O projeto consistiu na oferta de um curso de formação continuada voltado a gestores e docentes de escolas quilombolas e de escolas que atendem estudantes oriundos de comunidades quilombolas, com o objetivo de fortalecer a educação escolar quilombola e subsidiar práticas pedagógicas comprometidas com a educação das relações étnico-raciais. A proposta formativa articulou atividades pedagógicas, momentos de escuta, pesquisa de campo e produção de materiais educacionais, valorizando os saberes comunitários e as experiências vividas nos territórios quilombolas.

Nesse contexto, desenvolveu-se a pesquisa “Cultura negra em sala de aula: memórias quilombolas em perspectiva etnográfica para uma educação antirracista”, da qual este livro é um dos produtos educacionais. A obra foi elaborada a partir de registros, narrativas, documentos e reflexões construídas ao longo do projeto, em diálogo com as comunidades participantes, tendo como base a escuta das memórias, das trajetórias e das experiências de vida de seus moradores.

Fizeram parte dessa jornada formativa e investigativa comunidades quilombolas localizadas na região centro-sul do estado de Goiás, entre elas: Ana Laura, em Piracanjuba; Mucambo, em Santa Cruz de Goiás; Goianinha, em Palmeiras de Goiás; Recantos Dourados, em Abadia de Goiás; e Boa Nova, em Professor Jamil. Embora o projeto tenha envolvido diferentes territórios, esta obra dedica-se de forma específica à Comunidade Quilombola Boa Nova, convidando o leitor a conhecer sua história de formação, suas memórias coletivas, seus modos de vida e suas experiências comunitárias.

Ao longo das páginas, a Comunidade Quilombola Boa Nova revela um processo singular de constituição territorial, marcado pela espiritualidade, pelo acolhimento e pela construção coletiva da vida comunitária. A formação do povoado, vinculada ao Centro Espírita, evidencia como a fé, o cuidado e a solidariedade foram elementos fundamentais na organização social da comunidade, configurando um espaço de pertencimento, resistência e produção de sentidos.

As narrativas dos remanescentes revelam trajetórias marcadas por deslocamentos, trabalho, cooperação e enfrentamento de desigualdades históricas. Ao mesmo tempo, evidenciam práticas comunitárias baseadas na partilha, na ajuda mútua e na construção coletiva do território, reafirmando a centralidade da memória, da ancestralidade e da identidade quilombola na vida cotidiana. Nesse percurso, o território não é apenas um espaço físico, mas um lugar de memória, onde experiências, afetos e histórias se entrelaçam, constituindo um patrimônio cultural vivo.

O livro foi elaborado com a finalidade de contribuir para a superação da carência de materiais didáticos que abordem os quilombos a partir de perspectivas locais e comunitárias, especialmente no âmbito da educação básica. Destina-se, prioritariamente, aos anos finais do ensino fundamental II e ao ensino médio.

Os conteúdos estão organizados em eixos temáticos que orientam a leitura e o trabalho pedagógico, contemplando aspectos como a formação da comunidade, os lugares de memória, os saberes tradicionais, a cultura e a vida comunitária e as perspectivas de futuro. Esses eixos possibilitam uma com-

preensão ampla da Comunidade Quilombola Boa Nova, articulando passado e presente, memória e cotidiano, território e identidade.

Ao combinar explicações conceituais com narrativas e vozes quilombolas, o livro preserva a oralidade e as vivências comunitárias, sem abrir mão do rigor necessário ao uso escolar. Essa escolha metodológica busca contribuir para uma abordagem crítica e contextualizada dos quilombos, superando visões estereotipadas e reconhecendo as comunidades como produtoras de conhecimento.

Ao final de cada capítulo, são apresentadas propostas de atividades pedagógicas concebidas como sugestões de trabalho em sala de aula. Essas propostas não pretendem engessar as práticas docentes, mas sim indicar caminhos possíveis para o desenvolvimento dos conteúdos, respeitando a autonomia dos professores, as especificidades das escolas e os diferentes contextos educacionais. Parte-se do entendimento de que o ensino sobre quilombos deve ser construído de forma dialogada, crítica e sensível às realidades locais.

Assim, este livro convida educadores, estudantes e demais leitores a se aproximarem da Comunidade Quilombola Boa Nova com escuta atenta, respeito e disposição para aprender, reconhecendo nos territórios quilombolas espaços vivos de memória, cultura, identidade e resistência.

Tatianne Silva Santos

SUMÁRIO

Introdução	10
 CAPÍTULO 1	
A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA BOA NOVA	13
Vida, trabalho e cooperação	24
ATIVIDADE PEDAGÓGICA 1	30
 CAPÍTULO 2	
LUGARES DE MEMÓRIA: O TERRITÓRIO QUE GUARDA HISTÓRIAS	32
O território que “fala”	34
O Centro Espírita como núcleo fundador	35
Os ranchinhos	37
A natureza de Boa Nova	40
Fronteiras simbólicas: Boa Nova e Campo Limpo	42
ATIVIDADE PEDAGÓGICA 2	47
 CAPÍTULO 3	
SABERES TRADICIONAIS E A “FARMÁCIA VEGETAL	49
O saber que nasce do mato	50
ATIVIDADE PEDAGÓGICA 3	56
 CAPÍTULO 4	
CULTURA E VIDA COMUNITÁRIA	58
Celebrações comunitárias	63
ATIVIDADE PEDAGÓGICA 4	68

CAPÍTULO 5

**MULHERES, JUVENTUDES E FUTURO
EM BOA NOVA 70**

Juventude e futuro 75

ATIVIDADE PEDAGÓGICA 5 80

CONSIDERAÇÕES FINAIS 82

FONTES ORAIS 87

REFERÊNCIAS 89

SOBRE O AUTOR 91

INTRODUÇÃO

O processo histórico do Brasil envolveu diferentes povos, trajetórias e formas de organização social que marcaram a formação social brasileira no decorrer do tempo. Entre essas experiências históricas, estão os quilombos, desenvolvidos por homens e mulheres afrodescendentes que buscaram criar modos próprios de viver, trabalhar, organizar a vida comunitária e preservar vínculos culturais durante e após o período da escravidão. Conforme Flávio dos Santos Gomes (2015, p. 15), “os quilombos foram experiências históricas de autonomia negra, constituídas por escravizados fugidos e por libertos, indígenas e outros segmentos subalternos, que criaram formas próprias de organização social, econômica e política”.

Desde o período colonial, mocambos e quilombos surgiram em diversas regiões do país. Alguns se desenvolveram em áreas de difícil acesso, como serras, matas fechadas e margens de rios, buscando proteção contra a perseguição, a exemplo do Quilombo dos Palmares, existente entre o final do século XVI e o final do século XVII, e o Território Kalunga, cuja formação remonta ao século XVIII, no contexto da mineração em Goiás. Esses territórios organizaram-se como espaços extensos, com relativa autonomia, redes internas de produção e formas próprias de organização social.

Entretanto, nem todos os quilombos se constituíram dessa maneira. No decorrer do tempo, especialmente no final do século XIX e durante o século

XX, formaram-se comunidades quilombolas mais próximas de vilas e cidades, muitas vezes em áreas periféricas ou integradas ao espaço urbano. Esses grupos reuniam pequenos núcleos familiares e pessoas negras de diferentes regiões, remanescentes da escravidão, que buscavam garantir meios de subsistência e condições de se estabelecerem em um determinado território.

Somente em 2003 os procedimentos de identificação e reconhecimento das comunidades remanescentes quilombolas foram institucionalmente regulamentados, sendo definidos no artigo 2º do Decreto 4.887/2003, que diz:

Consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, para fins deste decreto, os grupos étnicos raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Brasil, 2003).

Estudos históricos indicam que, durante o período colonial e imperial no Brasil –entre os séculos XVI e XIX –, existiram milhares de quilombos espalhados em diferentes regiões do território. Essas experiências desempenharam papel fundamental na preservação e na recriação de referências culturais afro-brasileiras, atravessando gerações e se transformando ao longo do tempo, mesmo diante de repressões e deslocamentos constantes.

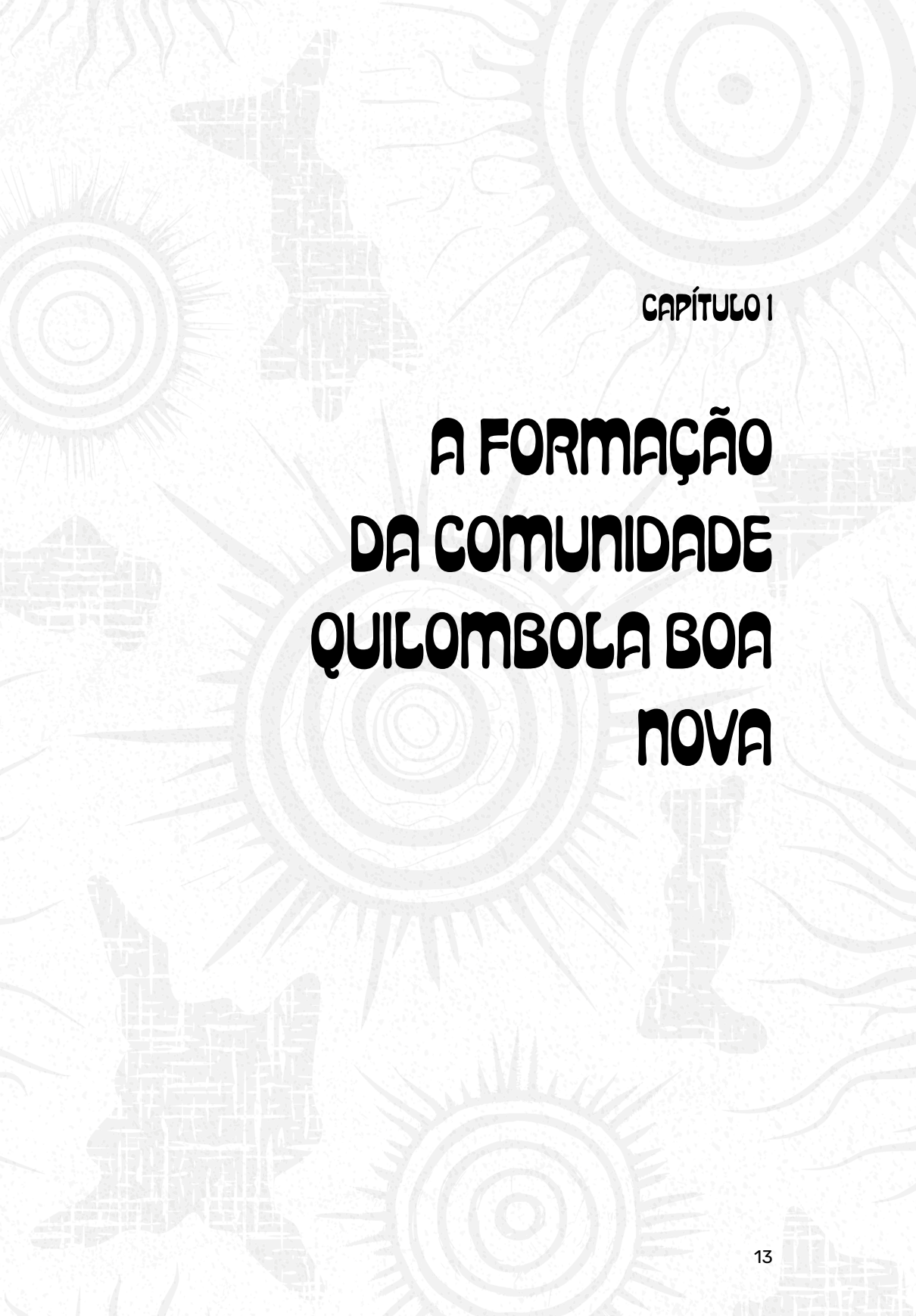
Atualmente, os quilombos seguem se desenvolvendo e compõem um seguimento significativo da sociedade brasileira. Segundo dados oficiais da Fundação Palmares, são 7.666 comunidades quilombolas reconhecidas e 494 territórios quilombolas delimitados em 24 estados e no Distrito Federal (Fundação Cultural Palmares, 2024). O Censo Demográfico de 2022 identificou 1.327.802 pessoas que se autodeclararam quilombolas, distribuídas em 1.696 municípios. A maior concentração está na região Nordeste, mas há comunidades quilombolas em todo o país (IBGE, 2023). Apenas uma parte dessa população vive em territórios oficialmente certificados, o que torna a luta pelo reconhecimento do território um tema central para essas comunidades.

No estado de Goiás, a presença quilombola está relacionada ao processo histórico de ocupação do território que interligou a diáspora africana às capitanias do interior brasileiro, especialmente a partir do século XVIII, com a mineração e a expansão das atividades agrícolas. Pessoas negras escravizadas e libertas trabalhavam na mineração, no meio rural e urbano, contribuindo para a formação de povoados e estabelecendo vínculos duradouros com o território.

Com o avanço da ocupação territorial do interior brasileiro, especialmente a partir da década de 1930, ampliou-se o fluxo de pessoas e famílias negras para a região goiana, provenientes principalmente de Minas Gerais e Bahia. Muitas delas se estabeleceram em novas áreas rurais e urbanas, fundando ou ampliando povoados a partir de laços comunitários, vínculos de trabalho e práticas culturais. Esses processos de cooperação e reorganização social contribuíram para a constituição de diversas comunidades quilombolas existentes hoje em Goiás e em outras regiões do país.

Atualmente, segundo dados do governo de Goiás, existem 82 comunidades quilombolas identificadas, distribuídas em 49 municípios, além de cerca de 30 mil pessoas que se autodeclararam quilombolas, segundo o Censo de 2022 (Goiás, 2023). Esses dados mostram que a identidade quilombola não remete apenas ao passado, fazem parte do presente, com histórias, saberes, práticas culturais e modos de vida próprios.

Estudar as comunidades quilombolas em Goiás é compreender aspectos fundamentais da história do estado e do Brasil. Significa reconhecer a importância do território, da memória, da cultura e das formas de organização comunitária na construção da identidade quilombola e da própria história goiana. Este caderno convida o estudante a conhecer histórias a partir das próprias comunidades, valorizando seus saberes, suas experiências e suas expectativas de futuro.

The background of the page is a light gray with a repeating pattern of stylized suns and human figures. The suns are depicted with concentric circles and radiating lines, while the human figures are shown in various poses, some with arms raised. The pattern is subtle and covers the entire page.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA BOA NOVA

A história da formação da comunidade negra de Boa Nova é muito anterior à criação do município de Professor Jamil e pode ser resgatada por meio das memórias de seus moradores mais antigos. Por meio de suas recordações, é possível compreender a dinâmica social de ocupação desse território, que envolve migrações, trabalho e cooperação, fortemente orientados pela espiritualidade, elemento central na construção do povoado de Boa Nova. Essas memórias revelam experiências vividas no decorrer do tempo e permitem relacionar a história de Boa Nova com a trajetória da população negra em Goiás e de diversas outras comunidades quilombolas no estado e no país.

Estudos sobre comunidades negras em Goiás indicam que, após o fim da escravidão, em 1888, grande parte da população afrodescendente permaneceu vinculada ao trabalho rural, vivendo em condições precárias e sem acesso a políticas públicas agrárias ou educacionais. Em busca de sustento e de novas possibilidades de vida, muitas famílias passaram a se estabelecer em áreas periféricas, próximas a fazendas ou a pequenos povoados. Essa dinâmica de deslocamentos por trabalho e sobrevivência pode ser observada nas memórias de Luzia Cristina do Carmo, ao narrar a trajetória de sua família na chegada à região goiana. Luzia Cristina do Carmo conta:

Meus avós vieram... Meu avô veio do Quilombo Jaguará, São João do Rei. Meu avô saiu de lá ainda criança, com 12 anos, depois de ter perdido seus pais em morte violenta por fazendeiros lá. [...] E aí meu avô veio de a pé, tocando boi de lá de São João do Rei em direção a Goiás. Porque os fazendeiros aqui dessa região, eles gostavam muito de buscar pessoas que tinham família grande, para morar nas fazendas aqui na região, porque tendo família grande, muito filho, tinha muita mão de trabalho. E aí meu avô veio por isso, com oferta de trabalho ele veio para cá.

Deslocamentos como esse foram recorrentes na vida de muitas famílias negras e tiveram papel importante na construção da sociedade goiana. Na região onde veio a se formar o povoado Boa Nova, já existia, nas redondezas,

outro povoado estabelecido por famílias de origem sírio-libanesa e por fazendeiros locais, que deu origem ao núcleo conhecido como Campo Limpo, no atual município de Professor Jamil.

O local para a implantação de Professor Jamil foi planejado e executado através da liderança de três intelectuais de origem sírio libanesa, os irmãos Jamil, Taufik e Jorge Sáfady, que adquiriram fazendas na região e implementaram o projeto na parte mais alta do terreno. Jamil, o irmão mais velho, faleceu precocemente antes de sua conclusão, por isso os irmãos o homenagearam, dando seu nome ao povoado (Araújo, 2022, p. 42).



Figura 1 – Município de Professor Jamil (GO).
Fonte: IBGE (2010), disponível em Wikipédia.

Memórias do tempo
A formação da Comunidade Quilombola Boa Nova de Professor Jamil



Figura 2 – Mapa administrativo de Professor Jamil
Fonte: IBGE, 2010.

A história da formação de Boa Nova e de Professor Jamil também tem sido objeto de estudos e iniciativas pedagógicas desenvolvidas no próprio município, ampliando a reflexão sobre identidade, memória e relações étnico-raciais na região. Essas iniciativas valorizam a história local e constroem práticas educativas que permitem compreender a sociedade como um espaço geográfico e territorial constituído por diferentes matrizes culturais, conflitos, resistências e processos de construção social no decorrer do tempo¹.

De origem distinta, a ocupação de Boa Nova tem um processo próprio, iniciado no final da década de 1950, com o início das atividades do Centro Espírita Luz e Caridade. A iniciativa, inspirada em experiências e orientações espirituais, foi conduzida por Alírio Eliseu Teixeira, a convite de Eugênio Jacinto de Lemos e Maria Gomes de Lemos, proprietários e doadores da área onde o Centro foi erguido entre 1958 e 1959. A partir de então, sob a liderança de Alírio Teixeira, o Centro passou a oferecer tratamentos espirituais, surgindo, assim, como uma “Boa Nova” notícia na região.

1 A trajetória da Comunidade Quilombola Boa Nova também tem sido analisada por pesquisadores locais, com destaque para a dissertação de Elias Pajera Araújo, “Quilombo Boa Nova de Professor Jamil: olhares sobre o racismo, educação não formal e empoderamento”, defendida no Instituto Federal Goiano. Destaca-se ainda o trabalho pedagógico desenvolvido por educadores da comunidade, especialmente a professora Fabiana (História), que tem produzido conteúdos voltados à valorização da história negra local na rede municipal de ensino de Professor Jamil.



Figura 3 – Eugênio Jacinto de Lemos, Maria Gomes de Lemos e Alírio Eliseu Teixeira em frente ao Centro Espírita da comunidade (fotografia de 1975)
Fonte: Acervo da Comunidade Quilombola Boa Nova.

Segundo os moradores mais antigos, desde o início de sua criação, o Centro passou a receber intensa procura de pessoas em busca de tratamento espiritual, incluindo casos de indivíduos que chegavam contra a própria vontade, conduzidos por familiares ou mesmo por autoridades regionais. Essa situação, sem que houvesse assistência do estado, exigia do Centro um acolhimento voluntário com muitos esforços para o grupo responsável por manter suas atividades.

A recordação de Maria Divina Teixeira de Oliveira (76 anos), filha mais velha de Alírio Eliseu Teixeira, recupera esse momento da fundação e reforça o caráter comunitário das atividades do Centro Espírita de Boa Nova. Eugênio Jacinto de Lemos Neto (34 Anos) conta:

Essa terrinha que tem aqui era do meu avô Eugênio, até lá perto do laticínio, na Boa Nova.

Quando se decidiu que era preciso trazer e fundar um Centro Espírita, ele já era dono dessas terras. Então convidou o meu avô

Alírio, que também precisava seguir o trabalho, e juntos eles fundaram o Centro Espírita. Nessa fundação, vieram muitas pessoas com eles.

O povo do meu avô Alírio era muita gente. Depois ele começou a lotear, a dar lote para algumas pessoas e a vender lote para outras, e assim foi se formando a comunidade.

A presença do Centro Espírita foi se tornando uma referência na região e passou a assumir papel central na organização da vida social daquela localidade. Em diversos relatos, é recorrente a lembrança do imprevisto inicial para se estabelecer no local. Maria Divina também lembra que, inicialmente, as primeiras pessoas do grupo moravam embaixo das árvores ao redor do Centro. Francisca D'Arc Teixeira (61 anos), a filha mais nova de Alírio Eliseu Teixeira, recorda a chegada de seu pai e de seus tios à localidade, enfrentando esses desafios. Francisca D'arc Teixeira Conta:

No início foi muito difícil. Porque eles chegam aqui, não tinham, assim, nenhuma construção que os alojasse. E eles foram viver ali, onde foi o conselho tutelar, que foi também o nosso postinho. Tudo ali foi o primeiro, sabe?! É interessante a história firmar em um lugar, por Deus mesmo! É religiosidade. Então, por que eles vieram?

Por causa da religiosidade, por causa do espiritismo, o espiritismo kardecista.

Nas memórias de Lúcia Gonçalves Teixeira (73 anos), que se estabeleceu na região ainda criança, ficou a imagem dessa época. Lúcia Gonçalves Teixeira Conta:

Quando nós chegamos aqui, não tinha nada pronto. Não tinha casa, não tinha estrada, não tinha água encanada, não tinha energia. Era só o mato. A gente fazia rancho do jeito que dava, de pau, de barro, de capim. Quem ficou foi porque precisava e porque acreditava que aqui podia virar um lugar de viver.

Para muitos que foram se aproximando do Centro Espírita, além do tratamento espiritual, Boa Nova possibilitou a oportunidade de fixar-se naquele local que, na época, pertencia ao município de Piracanjuba, especialmente para pessoas negras e vulneráveis vindas de outras localidades mais distantes. Foi ao redor desse núcleo que o povoado foi criando vínculos de sociabilidade e solidariedade, a partir dos quais a comunidade da Boa Nova se formaria. Francisca D'arc Teixeira conta:

Aconteceu muito de pessoas ouvir falar não, lá na Boa Nova tem condição de você morar lá. Lá é um lugar que você pode chegar...

Mas quem é que chegava? Principalmente pretos. Pretos por quê? Porque via aqui a oportunidade não somente de trabalho, mas eles vinham em busca do espiritual. Meu pai, ele foi um médium que tinha várias mediunidades. E eram mediunidades que a comunidade precisava.

Aqueles que já não tinha esperança mais, vinha buscar meios e saíam curados. Ou, muitas vezes, muitos vieram, passaram pra cá, a morar aqui, a viver aqui.

A liderança espiritual de “Seu” Alírio, como costuma ser chamado, ficou amplamente reconhecida na região pela forte mediunidade. Seu nome tornou-se referência para aqueles que buscavam orientação espiritual e tratamentos medicinais, sendo bastante procurado por pessoas de diferentes localidades que buscavam tratamentos alternativos e auxílio espiritual. Desde a fundação do

Centro em 1959, Alírio Eliseu Teixeira permaneceu à frente das atividades espirituais até 2015, ano de seu falecimento, aos 91 anos. Sua trajetória confunde-se com a própria história do Centro Espírita e com a consolidação da identidade espiritual da Boa Nova no decorrer de mais de cinco décadas.



Figura 4 – Alírio Eliseu Teixeira em atividade comunitária na Comunidade Boa Nova, em Professor Jamil
Fonte: Acervo da Associação Quilombola Boa Nova.

Eugênio Jacinto de Lemos Neto (34 Anos) conta:

Ele era muito reconhecido por antecipar os problemas das pessoas antes que elas dissessem, e isso foi criando nas pessoas fé, uma fé diferente... [...] E era para toda hora, não existia essa questão de alguém pensar em procurar Seu Alírio e ele estar ocupado ou com dor de cabeça... se precisasse, ele fazia três trabalhos em um dia, se precisas-

se era quatro... se chegasse lá meia noite precisando dele, ele estaria disponível...

E as pessoas vinham de toda parte, Goiânia, Aparecida, Anápolis, Pontalina, Cromínia, Piracanjuba... algumas pessoas vinham, recebiam o benefício da cura e passava a ser morador de Boa Nova.

Ao lado de familiares, vizinhos e outras lideranças locais, estruturou-se um grupo fundador responsável por sustentar as atividades do Centro e fortalecer a organização social do povoado. Esse processo ocorreu em meio a apoios e também a resistências por parte de lideranças políticas da região, revelando tensões próprias de um contexto em transformação. Nesse ambiente, consolidava-se um modo de vida coletivo, marcado por solidariedade, pertencimento e afirmação cultural, que hoje pode ser compreendido como expressão de uma identidade quilombola, embora, na época, não houvesse ainda a nomeação ou reconhecimento dessas características.

Identidade quilombola está estreitamente ligada à ideia de pertença. Essa perspectiva de pertencimento, que baliza os laços identitários nas comunidades e entre elas, parte de princípios que transcendem a consanguinidade e o parentesco, e vinculam-se a ideias tecidas sobre valores, costumes e lutas comuns, além de identidade fundada as experiências compartilhadas de discriminação (Souza, 2008, p. 5).

Na Boa Nova, com o aumento da procura por atendimento aos enfermos, logo foi criado, em meados de 1961, um sanatório, para acolher e oferecer melhores condições às pessoas que buscavam tratamento no povoado.



Figura 5 – Área onde funcionou o antigo sanatório na Comunidade Boa Nova, em Professor Jamil (2026)
Fonte: Acervo da Associação Quilombola Boa Nova.

Na prática, as atividades do sanatório e do Centro Espírita se misturavam com a vida doméstica do povoado e da família de Alírio Teixeira principalmente. Como relata sua filha, Francisca D'arc Teixeira, a residência simples de sua família servia como uma extensão das atividades do Centro e do sanatório, abrigando improvisadamente muitos que chegavam no povoado. Francisca D'arc Teixeira conta:

Na minha casa, nós recebemos muitas pessoas, porque a casa do meu pai era mais ou menos uma instituição que recebia os enfermos. Era madrugada, era meio-dia, era de manhãzinha, a todo momento. [...] Porque, na minha casa, eles chegavam e até arrumarem um lugar para ficar, ficavam lá.

Então, tinha dia que nós éramos 15, 20 em casa. Porque as pessoas que chegavam ficavam ali na sala para receber o tratamento espiritual.

Então, tinha pessoas perturbadas, enfermas, doentes, bem doentes, e nós convivíamos todos com eles ali.

Manoel Jacinto Neto, esposo de Francisca D'arc Teixeira e membro da família de Eugênio, também recorda a movimentação no entorno do Centro. Maoel Jacinto Neto conta:

O sanatório era no fundo daqui de casa. Então, era bem movimentado. Tinha os trabalhos das mães, aos domingos, os trabalhos espíritas, e geralmente não eram só as mães que iam. Eu lembro muito de ver o pessoal, os médiuns mais antigos atendendo e ia chegando uns 15, 20... muita gente.

Cuidando de tantas pessoas, em uma época de instabilidade social e de ausência de políticas públicas voltadas às camadas populares, o Centro Espírita e o povoado de Boa Nova foram ganhando projeção na região, tornando-se referências na organização da vida social local e afirmando-se como um território simbólico de acolhimento e oportunidade comunitária. Essa rotina perdurou até o final da vida de Alírio Teixeira, que faleceu com 91 anos no início de 2015, e segue se desenvolvendo por iniciativa daqueles que deram continuidade aos trabalhos do Centro.

Vida, trabalho e cooperação

O fluxo migratório para Boa Nova provocou mudanças significativas na dinâmica social e econômica da região, estimulando novas atividades e exi-

gindo formas próprias de organização. Nesse sentido, a construção das casas em mutirões, a abertura de novos caminhos e estradas e a organização dos espaços coletivos demandavam esforço constante e novos arranjos entre os moradores. A consolidação do território dependia dessa cooperação.

Nesse meio, o trabalho rural se firmou como atividade principal para os moradores da Boa Nova. Como era característico do interior brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, a vida no campo organizava o tempo, as relações e as possibilidades de subsistência. Desde cedo, homens, mulheres e crianças eram inseridos nas dinâmicas da roça, no trato com os animais, na abertura de pastos e nos diversos serviços braçais realizados nas fazendas da região, muitas vezes reproduzindo formas de exploração do trabalho herdadas do período escravista. José Maria Teixeira (62 Anos) conta:

Nós “trabalhava” demais. Era serviço pesado, de sol a sol. Capinava, plantava, cuidava de gado, fazia de tudo. Mas dinheiro mesmo quase não tinha. [...] O pagamento vinha em comida, quando vinha. Um pouco de arroz, um pouco de feijão, às vezes nem isso. [...] Tinha vez que a gente trabalhava e o patrão falava que depois acertava, e nunca acertava.

Essas práticas revelam relações muito desiguais no campo. O mais comum é que não houvesse nenhuma forma de contratos de trabalho, nem garantias legais ou direitos assegurados. A sobrevivência dependia da relação com os proprietários das terras, e o acesso à propriedade rural era extremamente limitado para as famílias negras. Esse cenário reproduzia padrões históricos de exclusão que atravessaram o período pós-abolição e marcaram a formação social do interior brasileiro.

Ao mesmo tempo, foi justamente por meio do trabalho dessas e demais pessoas que a região de Boa Nova e o entorno se desenvolvia, sustentando a economia local, ampliando a agropecuária e contribuiu para o crescimento das fazendas e do futuro município de Professor Jamil. Francisca D'arc Teixeira conta:

Era o que sobrava para nós aqui, as pessoas trabalhavam com a roça mesmo. Plantar, colher, desbravar. Parte da minha família que desbravou essas fazendas aqui ao redor. Entendeu? Assim, porque era mato. Ou se não, sertãozinho mesmo...

Aí, eles desbravavam. Eles mexiam com o enxadão, com a enxada. Eles que faziam as roças. Eles que tiravam os tocos. Então, o que sobrava para os trabalhadores daqui? Eles trabalhavam. Eles vinham de fora, os fazendeiros buscavam os trabalhadores sobre o comando de alguém aqui. E levavam eles e ficavam uma semana inteira. Às vezes, uma quinzena, conforme o tamanho do serviço.

A necessidade de buscar trabalho fora da comunidade também aparece no relato de Francisco Regis Noronha, de 74 anos, morador da Boa Nova desde a sua infância. Em sua memória, ele lembra das longas jornadas e dos deslocamentos constantes em busca de sustento, revelando uma rotina de esforços físicos e de instabilidade do trabalho rural. Francisco Noronha conta:

Tiravam a gente daqui para trabalhar fora. Pegávamos empreitada que naquele tempo era uma distância imensa. [...]

Fizemos lá 170 quilos no pasto, roçando na força, derrubando machado, sete meses de trabalho, levando a gente daqui para lá, trabalhando, e trazia o sustento, né?! Todo mundo trazia o dinheirinho quando chegava os 20 dias, o mês de vir em casa. Um mês sem vir em casa, um mês lá e vim, rodando. Vinha uma turma, ficava outra. [...]

Eu, por exemplo, roçava pasto, fazia cerca, trabalhava com trator, trabalhava com caminhão, trabalhava na serraria, serviço bruto, pesado, custoso.

José Maria Teixeira, de 74 anos, recorda práticas em que famílias se instalavam em áreas cedidas por fazendeiros dentro de suas propriedades,

geralmente pequenos trechos de mata, que precisavam desbravar para erguer moradias e cultivar a terra. A permanência nesses espaços estava condicionada a exigências de trabalho e produção marcadas por exploração como meio de garantir a permanência no local. O relato evidencia uma prática comum na cultura rural no Brasil da época. José Maria conta:

A pessoa chegava, a família chegava naquele mato, naquela capoeira, derrubava. Ali preparava todo o terreno e na hora de, olha só como era um absurdo, na hora de partir o mantimento com o dono da terra era meio-meio, 50%.

Então era uma forma muito grande de exploração também. Porque geralmente muitas famílias que já trabalhavam com aquele fazendeiro acabavam vendendo também os seus produtos para ele, porque durante, tocando aquela roça, ele fazia dívida com o fazendeiro. E aí acabava que ele dava o meio e ainda tinha que vender uma parte do que salvava, da sua metade para o fazendeiro...

As vezes ele [fazendeiro] levava aí 70, 75% daquilo produzido.

A rotina de trabalho no campo envolvia serviços de roçagem do pasto, derrubada de matas para abertura de novas áreas, construção de cercas e cisternas, cultivo das roças e outros afazeres próprios do trabalho no campo. Na produção da região, plantava-se principalmente arroz, feijão e milho, além da criação de gado e porcos. No âmbito doméstico, mantinham-se hortas, cultivava-se mandioca, criavam-se galinhas e coletavam-se frutos no campo. Dessa forma, a rotina do trabalho diário organizava a dinâmica do tempo e as relações sociais dos moradores.

Mesmo assim, todo esse esforço não garantia condições dignas e estáveis de vida. O trabalho assegurava a subsistência imediata, mas muitas famílias continuavam vivendo em situação de vulnerabilidade, dependentes da cooperação local, inclusive com fazendeiros e sujeitas à insegurança alimentar.

Nesse sentido, a solidariedade comunitária era fundamental para lidar com as diversas dificuldades, como recorda Luzia Eleonora Teixeira, de 88 anos, irmã de Alírio Teixeira e uma das moradoras mais antigas de Boa Nova:

Às vezes a gente passava o dia com um pratinho de comer que a mulher do pai dela levava. [...] Porque ela sempre estava assim, uma criança no colo, o outro assim, não... Um amamentando e o outro títico, com dois aninhos. Então, às vezes, a gente não tinha o que comer.

A mulher do meu avô levava um pratinho de comida...

Eu não esqueço disso... E a gente com tanta fome, rodeava ela com aquele prato de comida. E aquele prato de comida, parece que ele transformava.

A solidariedade tornou-se parte da cultura local, foi sendo transmitida de geração em geração e permanece presente nas relações, como ressalta Maria Gonçalves Teixeira de Oliveira, filha de Luzia Leodora:

Era muita cooperação. Igual sempre eu falo que, graças a Deus, aqui um ajudava o outro. Às vezes, mamãe falava: “Maria, vai lá na casa do Diniro buscar um pouquinho de arroz”. Às vezes, assim, na outra casa a gente conseguia um pouquinho, o Tio Alírio já conseguia mais para a gente. Às vezes, ele dava o que dava para a gente fazer duas refeições. [...] Quando já teve máquina aqui, as máquinas beneficiadoras, ele já dava o dinheiro para a gente ir lá comprar. Então, era dessa forma.

Nesse percurso de muito trabalho, esforço e fé, Boa Nova foi estruturando sua forma de organização baseada na responsabilidade compartilhada. Em meio às dificuldades materiais e à ausência de garantias, a sobrevivência não era individual, mas coletiva. A partilha não era apenas um gesto ocasional, mas

um princípio que orientava a vida comunitária e fortalecia os vínculos entre as famílias e o povoado. Luzia Eleonora conclui:

Nós ajudávamos muito um ao outro, porque ninguém tinha nada.

Um dia um tinha, outro não tinha, nós repartíamos o que tínhamos. Ninguém ficava sem comer, repartíamos tudo. O que tínhamos, repartíamos.

Ele falava, vocês repartem agora e como é que vai jantar? Deus dá jeito. Quando era hora de jantar, todo mundo tinha o que fazer junto.

ATIVIDADE PEDAGÓGICA 1

.....

1. HISTÓRIA EM MOVIMENTO

A história não está apenas nos livros, ela também vive nas pessoas, nas lembranças e nas experiências de quem veio antes de nós. Nesta atividade, você será convidado(a) a escutar e registrar histórias de alguém mais velho da sua família ou da sua comunidade, valorizando a memória, a ancestralidade e a história local.

O que fazer:

Converse com uma pessoa mais velha (avó, avô, tio, tia, vizinho, morador antigo da comunidade) e registre as seguintes informações:

- de onde essa pessoa veio ou onde nasceu;
- como era a vida antigamente (trabalho, escola, costumes, dificuldades, lazer);
- uma memória marcante que ela gostaria de compartilhar.

Como registrar:

Você pode escolher uma das formas abaixo:

- texto escrito;
- gravação de áudio;
- desenho acompanhado de uma pequena explicação.

Importante:

Respeite a pessoa entrevistada, escute com atenção e registre a história da forma mais fiel possível.

Objetivo da atividade:

Compreender a história local a partir das memórias das pessoas, valorizar a ancestralidade e reconhecer que cada história de vida faz parte da construção da comunidade e do território.

The background of the page is a light gray with various indigenous-style patterns and symbols. These include concentric circles with radiating lines (resembling suns or targets), stylized human figures in various poses, and abstract geometric shapes. The patterns are distributed across the entire page, creating a textured, cultural backdrop.

CAPÍTULO 2

**LUGARES DE
MEMÓRIA:**

**O TERRITÓRIO QUE GUARDA
HISTÓRIAS**

Memória e território são dimensões que se entrelaçam na convivência das pessoas em um determinado espaço geográfico no decorrer do tempo. Nesse sentido, a memória, entendida como experiência socialmente elaborada e partilhada, e o território, compreendido como espaço vivido e apropriado coletivamente, constituem fenômenos inseparáveis das relações sociais que se estabelecem na interação cotidiana.

Como conceito, território pode ser compreendido como o espaço das experiências vividas, no qual as relações entre os sujeitos e o ambiente são permeadas por sentimentos e pelos significados simbólicos atribuídos aos lugares. São espaços apropriados por meio de práticas que garantem identificação social e cultural.

A vinculação das comunidades ao território se caracteriza como fator fundamental, afinal, além de ser condição de sobrevivência física para os grupos, se constitui como instrumento relevante à afirmação da identidade da comunidade, para a manutenção e continuidade de suas tradições. Importante ressaltar que a terra é pensada não como propriedade individual, mas como apropriação de um grupo (Malcher, 2009, p. 7-8, *apud* Araújo; Alencar; Melo, 2023, p. 280).

A memória coletiva se efetiva e se organiza por meio das narrativas orais da sua comunidade. Isso fortalece a cultura, reforça a identidade social de um grupo e organiza a história de uma comunidade, como um recurso de afirmação da cidadania quilombola.

[...] a memória tem sido o elo entre as heranças do passado e as novas configurações indenitárias propostas pela contemporaneidade, sendo por intermédio dela que novas identidades têm surgido e se afirmado no campo da aceitação do ser quilombola, rechaçando o imposto, o legitimado pelo colonizador (Santos; Rocha; Alencar, 2018, p. 4, *apud* Araújo; Alencar; Melo, 2023, p. 279).

Na Boa Nova, a história da comunidade está registrada de diferentes formas, tanto materiais quanto imateriais. Ela aparece em livros, em documentos públicos e privados, nas narrativas das pessoas e nos próprios lugares do território. Pode ser percebida nas construções mais antigas, nas áreas de roça, nas matas, nos córregos e nas estradas que antes eram apenas trilhas. São espaços que guardam marcas do tempo e preservam lembranças de quem viveu e ajudou a construir a comunidade.

Esses lugares de memória² são marcos nos quais a memória coletiva circula, onde a comunidade reconhece acontecimentos, experiências e sentidos compartilhados no decorrer do tempo. Ao percorrer a região de Boa Nova, diversos marcos simbólicos mostram que o território “fala”. Mesmo quando não há placas, muros ou edificações visíveis, podem surgir lembranças e vivências por meio das falas dos moradores mais antigos que se transformam em narrativas transmitidas às gerações mais jovens. No contexto da cultura quilombola, esses lugares são fundamentais para compreender o passado, a ancestralidade e a permanência da população negra no território.

O território que “fala”

Por meio de seus lugares, o território guarda marcas do passado e revela histórias que nem sempre aparecem em documentos oficiais. A Comunidade Quilombola Boa Nova não nasceu como um povoado planejado. Ali, cada construção antiga, cada caminho e cada vivência carregam experiências que articulam passado e presente, fazendo da memória parte essencial da vida comunitária.

2 O conceito de lugares de memória refere-se a espaços, objetos, práticas ou narrativas nos quais a memória coletiva se ancora e se preserva, especialmente quando a experiência histórica não foi registrada oficialmente. No contexto quilombola, esses lugares são fundamentais para compreender a história, a ancestralidade e a permanência da população negra no território.

O Centro Espírita como núcleo fundador

A primeira sede do Centro Espírita de Boa Nova funcionou no espaço atualmente conhecido como Casa Martins, localizado na praça principal do povoado, ao lado da sede atual do Centro. Foi nesse local que se concentraram as primeiras atividades religiosas, educativas e comunitárias que estruturaram a vida social da comunidade nascente. Com a construção da nova sede ao lado, o antigo espaço foi cedido e passou a ser identificado como Casa Martins, em homenagem ao professor Martins, figura marcante da história local.

Antes da existência de uma escola formal em Boa Nova, o professor Martins já ministrava aulas e encontros educativos voltados a crianças, jovens e adultos, promovidos de maneira voluntária. Ao longo do tempo, suas funções foram se transformando: de primeira sede do Centro Espírita e espaço de alfabetização, passou também a abrigar atividades assistenciais e comunitárias. Ainda hoje, a Casa Martins permanece associada ao Centro, desenvolvendo ações educativas, filantrópicas e de assistência coletiva, consolidando-se como um importante lugar de memória na história da Boa Nova.



Figura 6 – Casa Martins e Praça Professor Martins em Professor Jamil (2025)
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Entre os lugares mencionados pelos moradores, o Centro Espírita ocupa posição central na cartografia da Boa Nova. Para além de sua dimensão religiosa, ele representa o marco fundador a partir do qual o território foi sendo ocupado e organizado. Como destaca Francisca D'arc Teixeira: *“Então a religiosidade aqui foi o ponto de desenvolvimento da comunidade Boa Nova. Em volta do centro começam as casas a nascer. Casas não, casernizinhos, chompaninhas”*.



Figura 7 – Atual sede do Centro Espírita Luz e Caridade, Comunidade Boa Nova, Professor Jamil (2026)
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Foi ao seu redor que as primeiras moradias foram erguidas, dando início à formação da comunidade. Por isso, o Centro pode ser compreendido como um lugar de memória, onde se concentram as primeiras experiências coletivas e a narrativa de origem da Boa Nova. Lúcia Gonçalves reforça: *“Ali não era só rezar. Era chegar doente e sair melhor, era chegar sem casa e sair com um rumo. O Centro ajudou o povo a criar raiz aqui”*.

À medida que novas famílias se fixavam no território, a vida comunitária foi se estruturando em torno da função social desempenhada por esse espaço, que acolhia moradores e fortalecia vínculos responsáveis por consolidar a identidade do grupo. O Centro não se limitava à dimensão religiosa, assumia múltiplas funções, como recorda Francisca D'arc Teixeira:

Havia uma função social, religiosa, psiquiátrica, tudo, sabe?! E aí, aqueles que tinham necessidade vinham para o sanatório, vinham, ficavam internados aqui. E, com isso, os familiares chegavam, os familiares que vinham com eles, alguns permaneciam, outros saravam e regressavam.

Essa dimensão amplia o significado do Centro Espírita na história da Boa Nova. Reconhecê-lo como lugar de memória contribui para compreender o processo de fixação no território e seu papel social na consolidação da comunidade. Na perspectiva dos estudos sobre memória, um lugar se torna significativo quando passa a concentrar experiências compartilhadas e sentidos duradouros construídos no decorrer do tempo.

Os ranchinhos

Os ranchinhos, frequentemente mencionados nas falas dos moradores, simbolizam o início desse processo gradual de ocupação de Boa Nova. Eram construções simples, erguidas para abrigar as primeiras famílias, e marcaram a consolidação do espaço como território vivido. Com a chegada de novos moradores, esses núcleos iniciais se ampliaram, dando forma ao crescimento da comunidade. Luzia Cristina do Carmo reforça:

Foram os primeiros doze ranchos que tinha aqui, das famílias, nós temos até uma maquete na escola Boa Nova, dessas primeiras doze famílias, que são as doze famílias quilombolas que vieram e colocaram seus ranchos para morar. E aí, sim, começaram a povoar, e aí os filhos foram crescendo, casando, foram chegando mais pessoas em busca de tratamento.



Figura 8 – Mural no Colégio Estadual Quilombola Boa Nova retratando o início do povoado, na Comunidade Boa Nova em Professor Jamil (2025).
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Nesse contexto, as moradias surgiram por meio de mutirões, prática que fortalecia os vínculos de responsabilidade comunitária, como destaca Luzia: *“Tudo era feito em mutirão. Um plantava a roça, juntava todo mundo e ia lá limpar aquela roça. Ai depois, no outro sábado, ia limpar do outro. E fazia assim”*. As construções utilizavam materiais disponíveis no próprio ambiente e eram erguidas por meio de **tecnologias sociais**³ desenvolvidas na prática, aproveitando o barro para a produção do adobe com técnica do pau-a-pique e a cobertura feita com folhas de bacuri, inicialmente, ou telhas de barro. Eram casas levantadas com muitas mãos. Mauel Jacinto Neto conta:

3 Tecnologias sociais podem ser entendidas como um conjunto de práticas, saberes, técnicas e formas de organização criadas coletivamente por grupos sociais para enfrentar problemas do cotidiano, promover a sobrevivência, melhorar as condições de vida e fortalecer vínculos comunitários. Diferentemente das tecnologias industriais, elas se baseiam no conhecimento local, na cooperação, na oralidade e na adaptação ao território, sendo construídas e transmitidas ao longo do tempo pelas próprias comunidades.

Aqui não existia muros, os lotes eram abertos, aqui não existia muro.

Você pode procurar da minha geração, até meus meninos lembram um pouco, não existia. Aqui o quintal era aberto, o vizinho era toda hora em sua casa fazendo visitas.

Totalmente comunitário.

Aqui a maioria [construções] era de adobo. Ainda tem muita casa de adobo.

Adobo com aquelas telhas feitas de barro. Era bem rústico. O que tinha era rancho e casa de pau a pique, era essas coisas.

As casas guardam essas memórias arquitetônicas e seguem registrando as experiências coletivas que unem o passado e o presente. Ao recordar essas construções, os moradores transmitem emoções e evocam o esforço compartilhado de muitas mãos que deram forma e sentido à comunidade da Boa Nova.

Para além das casas e dos espaços religiosos que marcaram a paisagem do povoado, outros lugares também se consolidaram como referências importantes na memória coletiva. O campo de futebol é constantemente lembrado como espaço de esporte, convivência, disputas e, por vezes, conflitos, como costumava ocorrer entre os povoados da região. Até os dias atuais, a prática do futebol segue fortalecendo vínculos, absorvendo tensões e promovendo encontros entre diferentes gerações, tornando-se um espaço estratégico de sociabilidade e memória social da Boa Nova, em Professor Jamil.

Nas memórias de Lúcia: “Futebol, queimada, era o jogo da época. Queimada que era tão forte quanto o futebol. Muita gente se sentia na queimada. Jogava mulher casada, moço, rapaz. Tudo junto”. Ela também se recorda com emoção da Praça Boa Nova como outro espaço fundamental de encontro e diversão, onde se situa o Centro Espírita. Lúcia Gonçalves Teixeira conta:

As moças e os rapazes, se quisessem brincar, tinham que aproveitar para ir nesses trabalhos do Centro. A gente brincava e jogava na pra-

ça. Tinha muito brinquedo e outras brincadeiras. Às vezes, contávamos 60, 80 pessoas brincando. Aquela onda que sumia de vista, com os mais velhos vigiando a brincadeira. Bem espírito de comunidade.



Figura 9 – Praça Professor Martins, em Professor Jamil (2025)
Fonte: Acervo pessoal do autor.

A natureza de Boa Nova

Se o Centro Espírita aparece como ponto de origem da comunidade, os córregos, as trilhas e as estradas revelam os caminhos percorridos no cotidiano. Antes da chegada da infraestrutura urbana, os córregos sustentavam a vida diária e se tornaram espaços de encontro e partilha. Ali se buscava água para beber, aguar, cozinhar, lavar roupas, higienizar-se e garantir a vida comunitária. José Maria Teixeira conta:

Existia dois córregos aqui, um chamado Meia Ponte e o outro que ele fala aqui embaixo, o Córrego da Velhinha. Esse Córrego da Velhinha

é onde a comunidade ia lavar as roupas, então tinha aquelas pedras, aquelas lajes, essas memórias eu guardo sempre porque eu ajudava as minhas irmãs e, assim, muitas pessoas de cia, então a gente ia com as roupas na cabeça, bem embaixo ali.

A rotina diária desse trajeto ao córrego segue viva na memória afetiva e nos sonhos de Luzia Eleonora. Luzia Eleonora conta:

Eu lembro é quando nós íamos buscar água no córrego, lá embaixo que não tinha água, não tinha cisterna em lugar nenhum. Aí nós buscávamos a água, eu achava tão bom...

Levava água na cabeça. Ficava no rumo da casa do pai. Eu sonho com esse lugar lá direto, a gente carregava água, carregando lenha...

Eu sonho com isso direto lá. Nós éramos uma turma de mulher, era bom demais.

As trilhas, ruas e estradas que garantiam a circulação também aparecem como lugares de memória, pois guardam marcas físicas e emocionais da experiência cotidiana. O mesmo ocorre com a construção das primeiras cisternas no bairro, que eram compartilhadas entre as famílias, embora insuficientes para assegurar o abastecimento regular de água.

Mais tarde, a chegada da água encanada representou uma das maiores transformações vividas pela comunidade, segundo diversos relatos. Para muitos moradores, essa mudança está diretamente associada à atuação política de Alírio, primeiro como vereador e depois como prefeito. Francisco Noronha conta:

E nesse intervalo, Seu Alírio engraçou na política e virou vereador em Piracanjuba. Foi quando nós começamos a respirar aqui, a questão de bem-estar do nosso município e da nossa cidade. Foi com a ida do Seu Alírio para a política em 1991, quando nós emancipamos.

Ele foi vereador três mandatos lá, aí começaram a chegar as coisas por aqui, começou um olhar diferente para cá.

Quando emancipou, ele foi o primeiro prefeito. E antes dele ser prefeito, um dos maiores feitos foi trazer a água para cá.

Lúcia Gonçalves, entre outros moradores, destaca também a participação política de Eugênio Jacinto de Lemos, associando sua gestão à chegada da energia elétrica e a outras melhorias estruturais. A atuação pública de ambos (Alírio Teixeira e Eugênio Jacinto) é lembrada como decisiva para o fortalecimento da infraestrutura da comunidade. Além da água e da energia, são mencionadas conquistas como o asfaltamento, a ampliação do acesso ao transporte e outras intervenções que, no decorrer do tempo, transformaram a paisagem da Boa Nova e do município de Professor Jamil.

Fronteiras simbólicas: Boa Nova e Campo Limpo

Se o território da Boa Nova foi sendo construído por meio do trabalho, da fé e da convivência, ele também foi atravessado por fronteiras simbólicas que expressavam relações de poder e desigualdade. Essas divisões físicas envolviam distinções sociais, religiosas e raciais que marcaram a formação da cidade de Professor Jamil. Em diversas entrevistas, os moradores recordam que o crescimento urbano ocorreu a partir de dois núcleos distintos: a Boa Nova, conhecida como “parte de baixo”, e o Campo Limpo, identificado como “parte de cima”. José Maria conta:

Aqui embaixo era o povoado Boa Nova, e em cima hoje é o centro, era o Campo Limpo. E entre esses dois povoados não tinha casa. Era separado mesmo. A cidade começa apartada. Às vezes, você vai ouvir muito falar em Campo Limpo, que era o setor de cima. Existiam essas rivalidades de toda forma.

Depois, com o crescimento, foi se formando uma cidade no meio, mas essa memória aí não tem como esquecer.

Os moradores de Boa Nova demonstram terem se sentido estigmatizados como “os pretos da Boa Nova”, segundo diversos relatos. José Maria conta:

O preconceito era muito forte. Porque aqui era espírito e lá era católico. Lá em cima o pessoal tinha melhores condições. Aqui eram menos as condições. O preconceito, o racismo, tudo se misturava. Aqui todo mundo que cresceu sabe disso. Não é que acabou, hoje ainda existe, mas naquele tempo era muito mais pesado.

Luzia Cristina do Carmo conta:

Tinha muita diferença, sim. A gente sabia que tinha o lado de cá e o lado de lá. Aqui era a Boa Nova, lá era o Campo Limpo. Muita gente falava coisa da gente, falava do Centro Espírita, falava que aqui vinha gente estranha, gente doente, que assustava. Mas ninguém via o que realmente era: era gente procurando ajuda, procurando cuidado. A gente sempre viveu disso, de acolher.

Manoel Jacinto Neto conta:

O Centro Espírita atraía muita gente de fora. Isso incomodava. O pessoal de lá de cima não entendia, tinha medo, falava coisa. Pra nós,

era normal, fazia parte da vida. Mas, pra eles, isso virava história, virava exagero. Isso ajudava a criar essa distância entre a Boa Nova e o Campo Limpo.

As fronteiras entre Boa Nova e Campo Limpo revelam que a formação territorial é atravessada por relações de poder e disputas simbólicas. Ao mesmo tempo, foram experiências que fortaleceram o sentimento de pertencimento comunitário. De toda forma, essas distinções são hoje mais evocadas como experiências do passado, ainda que alguns de seus traços permaneçam presentes. Para além da ação do tempo e dos processos de integração social, a superação dessas marcas é também atribuída à afirmação quilombola dos últimos anos e à formação de novas consciências, processo no qual a escola pública tem sido apontada pelos moradores como desempenhando papel de grande relevância.

Os lugares de memória da Boa Nova mostram que sua formação está ligada às vivências de seus moradores no decorrer do tempo. O Centro Espírita, os córregos, as trilhas, as casas de barro, o campo de futebol e até as fronteiras simbólicas com o Campo Limpo compõem um mapa afetivo que expressa pertencimento e identidade. O Centro organizou o núcleo inicial da comunidade, a chegada da água transformou o cotidiano e as construções erguidas em mutirão consolidaram a permanência das famílias, inscrevendo histórias negras no espaço de Professor Jamil.

A poesia de Altamiro Teixeira, de codinome *Timirinho Teixeira*, poeta e quilombola de Boa Nova, registrou em versos os 25 anos de emancipação política de Professor Jamil, em janeiro de 2026.

Professor Jamil, Professor Jamil,
25 anos de emancipação política, janeiro de 2026

Hoje vou simplesmente relembrar

o que foi e o que se tornou este lugar.

A nossa cidade, Professor Jamil,
terra abençoada por nosso Senhor,
nosso respeito, nosso calor,
a quem te vê, a quem te viu.

Aqui quase tudo era mato.
É preciso desvendar os fatos
sem citar nomes, sem bajulação.
Não tínhamos nada por aqui.

Eu presenciei, eu vivi,
sou prova da transformação.

Pessoas de bem se juntaram,
nos trabalhos, empenharam
cada qual da sua maneira.
E o progresso veio surgindo,
a esperança sorrindo,
abrindo as grandes parreiras.

Primeiro passo, a energia,
era para nós, fantasia,
um conto de fadas.
Eu não queria falar,
mas somente para lembrar,
nossa água era bem ruim.

O trabalho de união,
o povo junto dando as mãos
o progresso veio emergindo.
Temos um povo que não desiste
corre atrás e sempre insiste
devagar os benefícios
vem surgindo.

Então vamos coletivamente

todo juntos, sorridentes
parabenizar nossa cidade
parabéns, Professor Jamil,
quem te vê, quem te viu
Melhorou muito, é verdade.
(...)

Timirinho Teixeira

ATIVIDADE PEDAGÓGICA 2

.....

2. MAPA DA MEMÓRIA DA COMUNIDADE

Os lugares que frequentamos todos os dias também contam histórias. Ruas, casas antigas, riachos, igrejas, estradas e áreas de mato guardam memórias importantes sobre a formação da comunidade e sobre as pessoas que viveram ali antes de nós.

Nesta atividade, você vai construir um **Mapa da Memória**, relacionando o que aprendeu no livro com o território onde vive.

O que fazer:

Utilizando um mapa simples da comunidade (impresso, projetado ou desenhado por você e sua turma), realize as seguintes etapas:

Marque os lugares citados no livro, como:

- casarões antigos,
- riachos ou córregos,
- igreja,
- estradas e caminhos,
- áreas de mato, roça ou trabalho;

- pinte ou destaque os lugares que você conhece ou já visitou;
- ao lado de cada lugar marcado, escreva o que você sabe, ouviu ou aprendeu sobre ele (histórias, lembranças, usos antigos ou atuais).

Dica:

Se possível, converse com familiares ou moradores mais antigos para saber mais sobre esses lugares.

Objetivo da atividade:

Compreender o território como um espaço de memória, história e pertencimento, reconhecendo que a comunidade se constrói a partir das relações entre pessoas, lugares e experiências vividas no decorrer do tempo.

The background of the page is a light gray with various indigenous-style patterns and symbols. These include concentric circles, sun-like motifs with radiating lines, and stylized human figures in different poses. The patterns are distributed across the entire page, creating a textured, cultural backdrop.

CAPÍTULO 3

**SABERES
TRADICIONAIS E A
“FARMÁCIA VEGETAL”**

A história das comunidades quilombolas se sustenta de diversas maneiras, e uma das mais importantes está na transmissão de saberes ligados à terra, à ancestralidade e à convivência. Esses conhecimentos foram preservados principalmente pela oralidade, passando de geração em geração por meio da experiência cotidiana. Em sua origem, muitos desses saberes resultaram do intercâmbio entre matrizes africanas e conhecimentos dos povos originários do Brasil, formando práticas culturais profundamente enraizadas no território.

No decorrer do tempo, esse conjunto de conhecimentos esteve relacionado aos cuidados com a saúde, à espiritualidade, à alimentação e à sobrevivência. Na Boa Nova, destacam-se o uso de plantas medicinais, os chás, as garrafadas e a benzição como práticas voltadas ao bem-estar físico, emocional e coletivo.

Nesse sentido, o historiador Flávio dos Santos Gomes, na obra *Histórias de quilombolas*, destaca que muitas comunidades quilombolas se constituíram a partir do cotidiano, da permanência no território e da transmissão de conhecimentos por meio da oralidade. Essa perspectiva ajuda a compreender que os quilombos também foram lugares de produção de saber, organização social e continuidade cultural.

O saber que nasce do mato

Os saberes tradicionais presentes na comunidade de Boa Nova estão ligados à relação social com a natureza. Foi dessa convivência com o meio ambiente que se desenvolveram os conhecimentos praticados coletivamente. Esses saberes compõem o patrimônio cultural que dá sentido à identidade do grupo, como relata João Batista Bueno, de 73 anos, reconhecido na comunidade como um experiente conhecedor da “medicina do mato”. João Batista Bueno conta:

Eu fui criado com o meu avô, eu não fui criado com a minha mãe, eu fui criado com o meu avô. Quando a gente era pequeno, meu avô me ensinava a fazer remédio para os outros e ele carregava a gente, falava, vou ensinar para vocês, porque a hora que eu precisar de uma raiz, vocês vão lá e arrancam. Então, aí a gente aprendeu.

O conhecimento das plantas medicinais aparece como um dos eixos centrais na memória de João Batista, reconhecido na comunidade juntamente com Pedro Gonçalves Teixeira como dois sábios guardiões desses saberes. Nessa convivência com o avô, ele relata que o aprendizado começou entre os 10 e 13 anos de idade, indicando que essa experiência envolveu cuidado, escuta e respeito ao tempo de aprender.

Esses saberes exigiam uma leitura atenta da natureza: a mata, o cerrado, as margens dos córregos e as áreas de brejo funcionavam como verdadeiros espaços de aprendizagem. Saber onde encontrar determinada planta, em que época de ano coletá-la, como distinguir as raízes e manusear o remédio fazia parte de um conhecimento complexo, transmitido pela oralidade e aprendido com muitos anos de prática.

Pedro Gonçalves Teixeira, descendente de conhecedores das ervas medicinais, relata como herdou esse aprendizado de seu avô, reforçando que o conhecimento não se transmitia apenas como informação, tampouco era divulgado de forma indiscriminada, pois envolvia responsabilidade, compromisso e confiança no interior da comunidade. Pedro Gonçalves Teixeira conta:

Meu avô nasceu em 1897 e sabia muita coisa das ervas medicinais. Eu, quando criança, tive o privilégio de ser escolhido por ele para auxiliar também, né, já que ele já estava de idade.

E tudo ele me ensinava. Ele sabia fazer remédio desde uma simples gripe para até doenças venéreas na época, porque na época fazia era garrafada. Ele me ensinava a época de arrancar, a lua certa, porque tem até a lua para arrancar a raiz. Tem o lado certo de tirar a casca

da árvore: tira do lado que o sol nasce. A lua minguante é a melhor para arrancar raiz, para cortar madeira, a raiz mais profunda são as melhores...

Eu sei remédio para gripe, dor no corpo, infecção de intestino, pneumonia, muita coisa. E eu podia ter aprendido mais, mas a gente acha que nunca vai ficar sem os velhinhos.

Esses usos e recursos do meio ambiente são recorrentes nos depoimentos de diversos moradores. Lúcia Gonçalves refere-se a essas práticas como “remédio vegetal”. Lúcia Gonçalves Teixeira conta:

Sobre as plantas, uma das mais conhecidas era a Água de Colônia. Era uma planta muito bonita e alta, com cachos de flores muito cheirosos. Com as flores, fazia-se chá para cuidar de pneumonia. Mas o remédio principal era o vegetal... Tinha também a Sangra d'Água.

A presença dessas plantas nos arredores e nos quintais das casas também é lembrada por Maria Divina. Maria Divina conta:

Eu planto erva-cidreira... Aquela outra cheirosinha que me esqueço... Tem a hortelã, o capim-santo, alfavaca, alfavacinha. Às vezes, eu faço um xaropim, mas as coisas estão complicadas.

Eu tenho medo... Porque as doenças vão mudando. Mas eu planto lá. Agora o lugar lá está ruim. Eu vou plantar mais, só tento fazer chá.

A menção de que “o lugar lá está ruim” se refere às transformações ambientais ocorridas na região nas últimas décadas. Em diversos depoimentos, os moradores apontam a redução da flora medicinal e o avanço do desmatamento no Cerrado como fatores que dificultam o acesso às plantas tradicionais. Francisco Noronha conta:

Está bem defasado. Acabando tudo. Derrubaram as matas ciliares, os córregos assorearam... antigamente, os córregos tinham poços fundo, hoje não existe mais. É uma agonia, corre quase nada de água.

Lúcia reforça essa percepção ao comparar o regime de chuvas do passado com o presente. Lúcia Gonçalves Teixeira conta:

A chuva hoje é irregular. Chove muito ou não chove nada. Naquele tempo, a chuva começava em setembro. Meu pai dizia: “Vamos plantar no pó”. Antes do dia 7 de setembro, plantávamos a roça no seco, porque sabíamos que nos dias 7 ou 8 a chuva viria com certeza. E o milho nascia bonito. Chovia regularmente de setembro até março. O resto do ano era tempo de seca e começava o frio. A chuva vinha na época certinha. Hoje acabou isso.

A escassez de espécies antes encontradas com facilidade no entorno da comunidade aparece, assim, como uma preocupação recorrente. O que antes estava ao alcance das famílias hoje está desaparecendo ou exige maior deslocamento para ser encontrado. A transformação da paisagem do Cerrado dificulta o acesso à flora tradicional e provoca impactos diretos na continuidade desses conhecimentos.

É importante compreender que os saberes do mato não estavam isolados, mas integrados a outras dimensões da vida social. O cuidado com a saúde envolvia plantas, fé e práticas espirituais, formando um conjunto de conhecimentos que articulava natureza e espiritualidade. Como sintetiza Francisco Noronha: “Então o tratamento era esse: espiritual, através de raízes e benzedura”.

Maria Gonçalves interpreta esses costumes como uma forma de “defesa” dos mais antigos diante da vulnerabilidade social. Seus relatos recuperam tradições herdadas dos amis antigos, aproximando elementos do terreiro de matriz africana em sincretismo com práticas do catolicismo e, principalmente, do espiritismo. Ela conta que, desde pequena, conviveu com essas tradi-

ções e foi aprendendo a prática da benção pela observação e pela escuta. Maria Gonçalves Teixeira conta:

Eu aprendi com um tio da minha mãe e com Seu Alírio também. Porque, assim, naquela época era muito difícil remédio, né? Então, às vezes a gente falava assim: “O fulano está vomitando, vamos lá benzer”. Então era assim, e eu lembrava das palavras que ele fazia. Porque, às vezes, ele pegava um ramo e eram poucas vezes que ele falava em voz baixa, mas a gente ouvia, né? Aí ele passava em cruz, né? Tornava a passar.

Esses saberes, ainda praticados no povoado de Boa Nova, entrelaçam-se com o uso das ervas e com os ritos do espiritismo, reafirmando laços ancestrais. As parteiras também são lembradas nos relatos de Luzia Eleonora e Maria Gonçalves, revelando o protagonismo feminino no cuidado com a vida, como destaca Maria Gonçalves: “Tinha parteira. Ninguém ia para o hospital. Minha mãe teve o filho no hospital só os dois últimos, porque começou a ter complicação. Mas foram 12 filhos”.

Lúcia Gonçalves Teixeira reforça essa memória ao destacar o papel das parteiras que se recorda da comunidade, nomeando-as: Vicência Régis, Geralda, Heroandina Maria de Jesus e Maria Batista Alves. Lúcia Gonçalves Teixeira conta:

Tinha os benzedores. A minha mãe era benzedeira e também era parteira. A parteira mais famosa que teve aqui foi ela. Por isso, todo mundo era compadre dela; cada menino que ela ajudava a nascer, davam para ela batizar. Ela devia ter uns duzentos afilhados! Minha mãe foi uma dessas pessoas que benziavam e faziam partos.

A ausência de acesso a políticas públicas e a unidades de saúde tornava essas práticas ainda mais indispensáveis à sobrevivência cotidiana. Diante das limitações financeiras e da complexidade de acessar os serviços médicos formais, a comunidade aperfeiçoou formas próprias de cuidado, marcadas pela

solidariedade e pelo compromisso coletivo, aquilo que muitos moradores resumem como “uns pelos outros”. Luzia Cristina do Carmo conta:

Para o nosso povo a dificuldade financeira era muito grande. E não tinha como ir no médico, né?! Então a gente não ia no médico. A gente só tratava aqui no centro. Então, o Seu Aleiro, quando chegava alguém, falava assim: “ó Seu Aleiro, vim cá porque meu filho tá doente ou minha mulher ou meu marido tá doente”. Ele ia pra lá, sabe?

Meu avô também ia, minha avó, que era bebedeira, também. Ia pra lá e passava a noite com aquela família. E ali eles faziam chá. E ali eu ficava junto, molhava o pano, punha na testa quando tava com febre. Então era todo mundo junto.

Quando todo mundo tava rindo, tava todo mundo feliz. Quando tava triste, tava todo mundo. Então é uma coisa que marcou muito pra mim. A união.

PLANTAS E ERVAS CITADAS (“FARMÁCIA VEGETAL”):

- | | |
|-----------------|-----------------|
| • alfavaca | • losna |
| • alfavacinha | • mama-cadela |
| • cambuquira | • marmeleiro |
| • caniú | • pé-de-perdiz |
| • capim-santo | • quina |
| • ciganinha | • rubim |
| • erva-cidreira | • taioba |
| • fedegoso | • velame-branco |
| • gervão | • vinca |
| • hortelã | • vergateza |
| • jurubeba | |

ATIVIDADE PEDAGÓGICA 3

.....

3. A FARMÁCIA DO MATO E A CIÊNCIA POPULAR

No decorrer da história de Boa Nova, o cuidado com a saúde esteve ligado ao conhecimento das plantas, à espiritualidade e à solidariedade comunitária. Os saberes tradicionais sobre ervas, chás, raízes e benzições foram transmitidos pela oralidade, formando o que muitos moradores chamam de “medicina do mato”.

Nesta atividade, você compreenderá como esses conhecimentos fazem parte do patrimônio cultural da comunidade.

Orientações:

A partir da leitura do capítulo, identifique:

- quais plantas e ervas são citadas nos depoimentos;
- quais problemas de saúde eram tratados com esses saberes;
- quem eram os responsáveis pela transmissão desses conhecimentos (avós, benzedeiras, parteiras, conhecedores do mato);
- quais dificuldades atuais ameaçam a continuidade desses saberes (desmatamento, mudanças climáticas, falta de políticas públicas etc.).

Depois, escolha uma das propostas abaixo:

- Mapa da Farmácia Vegetal: construa, individualmente ou em grupo, um cartaz ou esquema organizando as plantas citadas no capítulo. Você pode separá-las por categorias (chá, raiz, benção, uso espiritual, uso medicinal etc.).
- Entrevista da Memória: converse com um familiar ou morador da comunidade e pergunte se conhece alguma planta medicinal ou prática tradicional de cuidado. Registre o relato em forma de pequeno texto.
- Linha do Tempo do Cuidado: elabore um pequeno texto comparando o cuidado com a saúde no passado (como aparece nos relatos do capítulo) com o acesso à saúde atualmente.

Objetivo da atividade:

Compreender os saberes tradicionais como parte da ciência popular e do patrimônio cultural quilombola, reconhecendo sua importância histórica, social e ambiental. Refletir sobre a relação entre memória, território, natureza e identidade comunitária.

The background of the page is a light gray with various indigenous-style patterns and symbols. These include several circular motifs with concentric rings and radiating lines, resembling suns or targets. There are also abstract shapes, some with cross-hatching or grid-like textures, and wavy lines that suggest movement or natural elements like water or smoke. The overall aesthetic is traditional and cultural.

CAPÍTULO 4

**CULTURA E VIDA
COMUNITÁRIA**

O espírito comunitário constitui um traço permanente e estruturante da construção histórica da Boa Nova. Ele atravessa as diferentes dimensões da vida social, manifestando-se nas relações de trabalho, na cooperação cotidiana, nas práticas de cuidado, nas celebrações e nas formas de convivência e partilha. Nesse sentido, a cultura alimentar e as demais manifestações culturais configuram-se como expressões fundamentais dessa organização social, revelando modos próprios de produzir, preparar e compartilhar alimentos e fortalecer os vínculos no interior da comunidade.

Em relação aos alimentos, as receitas e os modos de preparo também foram transmitidos entre as gerações, articulando saberes tradicionais à criatividade desenvolvida diante das limitações materiais e dos ciclos da natureza em cada época. Em geral, os alimentos eram cultivados nas roças e nos quintais, obtidos por meio da coleta ou recebidos como parte de pagamento por trabalhos realizados. A compra no comércio local existia, mas representava uma alternativa mais restrita, especialmente nas fases iniciais do povoado, quando o acesso a recursos monetários era limitado.

Na memória dos moradores, determinados alimentos são descritos como elementares para a subsistência, constituindo a base do cotidiano da comunidade. Entre os mais comuns no dia a dia estavam o arroz, a mandioca, o milho, o feijão, a abóbora, o quiabo e a fava. Geralmente, havia também galinha e ovos. Como lembra Maria Divina: *“A gente comia o que tinha. Nada era desperdiçado. A comida sustentava o corpo e juntava o povo”*.

As lembranças de Lúcia sobre a alimentação evidenciam como o cozinhar foi também forma de transmissão cultural. Sua mãe, oriunda da cidade de Goiás, trouxe receitas que se adaptaram às condições locais e se integraram em Boa Nova.

Entre as preparações lembradas, destacam-se a beldroega, descrita como *“mata-com-pate”*, que crescia abundantemente nos quintais, *“uma folha grossa, arredondada, de pequena flor delicada”*, cujo refogado era muito apreciado. A cambuquira, broto da abóbora, também fazia parte do cardápio: *“retirava-se a ‘pelinha’ e refogava com muita cebola e pimenta do reino”*. Do Cerrado, vinha a gueroba, também conhecido como: *“coquinho de Santo Antônio”*.

O arroz canja, cozido apenas na água pura, era acompanhado de molho feito com tomatinho tapera, bastante cebola e pimenta-do-reino. O “*tutu de feijão, bem temperado e misturado com farinha*”, reforçava a mesa nos períodos de maior escassez. Havia ainda o arroz doce, o “*polvilho frito na manteiga com açúcar até formar crosta escura*”, a “*batida de ovo cru com açúcar e farinha*”, as paçocas de carne seca e o “*pé de moleque com amendoim ou gergelim*”. Lúcia Gonçalves Teixeira descreve uma das receitas:

BOLO DE RASPA

Naquela época, a gente amassava a mandioca no ralo manual. Aí sobravam aqueles pedacinhos que não dava para ralar, e ela não jogava nada fora.

Colocava para tomar sol por vários dias (sem deixar tomar sereno nem chuva), quando estava sequinho, socava no pilão até virar uma farinha mais grossa que o polvilho.

Misturava com coalhada de leite cru e um pouco de bicarbonato, porque não tínhamos dinheiro para comprar fermento e nem era fácil de achar.

E aí assava na folha de bananeira sobre as brasas.

Para nós, aquilo é um manjar!

Essas receitas são descritas pelo casal Lúcia Gonçalves e Francisco Noronha como uma “*riqueza muito grande*” de seu tempo que atualmente “*praticamente ninguém conhece mais*”. Francisco também chama a atenção para a criatividade desses preparos diante das limitações enfrentadas antigamente.

Dessa forma, cozinhar, repartir e comer juntos eram práticas que reforçavam os vínculos sociais, sendo bastante comum que o alimento preparado em

uma casa fosse compartilhado com outras famílias, fortalecendo uma ética de partilha que marcou a cultura de Boa Nova. Luzia Cristina do Carmo conta:

Quando alguém matava um porco, todo mundo sabia que ia comer carne. Porque aí dividia tudo em partes iguais e mandava os meninos entregar. “Ó, você leva fulano, ciclano, beltrano”... cada um, todo mundo sabia o que ia comer. Quando ia fazer pamonha numa casa, fazia com essa panela enorme.

Aí mandava duas, três pamonhas pra cada casa, sabe?! Então aquela união era muito boa naquela época, sabe?! A gente sentia uma verdadeira família.

Esse espírito comunitário aparece em diversos depoimentos, relacionando trabalho, cooperação, celebrações e religiosidade. A partilha do alimento era essencial para a permanência no território. Além da produção nas roças e nos quintais, existia uma rede de fraternidade com produtores da região, compondo um intercâmbio social e cultural que estruturava a vida cotidiana.

Lúcia recorda que as campanhas espirituais também reforçavam os laços culturais: Lúcia Gonçalves Teixeira conta:

E a gente ia na maior alegria. Cantávamos muito. A Mocidade Espírita era muito autêntica, muito efetiva e trabalhadora. Às vezes, íamos à casa de uma pessoa obsidiada, onde a família estava em desalinho. Os homens limpavam o quintal, as mulheres lavavam as vasilhas, o fogão, forravam tudo direitinho, varriam o terreiro... Até socavam arroz para poderem comer. A gente ia, a mocidade era muito esperta. Fazíamos campanhas na zona rural. Na época era a “Campanha do Quilo”. Nós íamos às fazendas pedir e ganhávamos demais.

Em relação ao alimento, não havia fartura, mas havia diversidade, construída a partir do que a terra oferecia e do que a comunidade conseguia produzir. Com o passar do tempo e o desenvolvimento do povoado, a disponibilidade de alimentos foi sendo ampliada, acompanhando mudanças nas condições de acesso e circulação de mercadorias.

Alimentos mencionados:

- abóbora
- alho
- arroz
- banana/bananeira
- cambuquira
- cebola
- fava (fava branca)
- feijão
- guariroba
- limão
- mandioca
- milho
- pimenta-do-reino
- quiabo
- jiló
- tomatinho-pera

Celebrações comunitárias

Em sociedade, as celebrações são expressões dos vínculos socioafetivos e culturais que dão sentido a um povo, reforçando sua identidade e mantendo vivas suas tradições entre as novas gerações. Em Boa Nova, festejos, encontros e manifestações artísticas fizeram parte das dimensões culturais que foram integrando e dando sentido à comunidade no decorrer do tempo até os dias atuais. Francisca D'arc Teixeira conta:

As festividades eram marcantes nas datas comemorativas: Dia de Pais, Dia das Mães, Natal... Então, em todas essas datas nós tínhamos teatro com jovens e crianças, nós enchíamos o Centro, porque essas coisas não tinham aqui.

Nós tínhamos teatro, tínhamos festejo na casa de uma ou outra matriarca que nos alojava, que também tinha filhos adolescentes...

Por meio das celebrações e dos festejos, houve momentos de exceção em que se tornaram possíveis aproximações entre jovens moradores do Campo Limpo e de Boa Nova. Esses encontros criavam brechas nas distâncias sociais e permitiam maior circulação entre os dois espaços, lembra Francisca D'arc Teixeira: “Foi onde eu trouxe também alguns jovens de lá para cá, e nós íamos daqui para lá também”. Francisca D'arc Teixeira conta:

Lá no centro, nós tínhamos um trabalho, na meia noite do dia 24 para 25 [dezembro] que nós ficávamos lá reunidos, a mocidade, e depois que terminava essas festividades dentro da Casa Espírita, quando dava uma hora da madrugada, a mocidade saía para fazer serenata. Então, nós tínhamos que criar a nossa programação aqui dentro.

Nessas práticas, hábitos e costumes eram incorporados pelos mais jovens, que cresciam observando os mais velhos e assumindo, gradativamente, novos papéis sociais nas atividades do povoado. Assim, a oralidade desempenhava, por meio de ensinamentos, histórias e causos que circulavam entre os moradores, uma função simbólica relacionada a valores, crenças e desafios compartilhados.

Além das festas e dos encontros coletivos, a cultura da Boa Nova também se expressa na tradição dos causos, narrativas transmitidas pela oralidade que misturam memória, imaginação, crença e experiência vivida. Histórias sobre **o Pai do Mato**, a **Caipora** e o **Lobisomem** fazem parte desse repertório simbólico que atravessa gerações. Esses relatos devem ser entendidos como formas de interpretar o mundo, ensinar valores, divertir e fortalecer vínculos comunitários.

Nos estudos que valorizam a história oral e as perspectivas da história pública, compreende-se que a memória não é mera reprodução do passado, mas uma reconstrução carregada de sentidos, emoções e visões de mundo. Ao registrar experiências frequentemente ausentes dos documentos oficiais, a narrativa dos mais velhos amplia as possibilidades de compreensão histórica. Nesse sentido, os causos narrados em Boa Nova revelam modos próprios de interpretar a natureza, o medo, o sagrado e o convívio social, constituindo parte significativa do patrimônio cultural da comunidade.

Dessa forma, o exercício da lembrança torna presente o passado, e a cultura da comunidade vive na oralidade. Quando essas narrativas são problematizadas e sistematizadas no contexto pedagógico, especialmente entre as novas gerações, passam a valorizar a identidade local e a contribuir para que toda a cidade e a região reconheçam a diversidade e a história social de Professor Jamil, em Goiás. Essa prática, desenvolvida por educadores da rede de ensino e reconhecida pela própria comunidade, fortalece a cultura quilombola ao integrá-la de modo estruturado ao processo educativo.

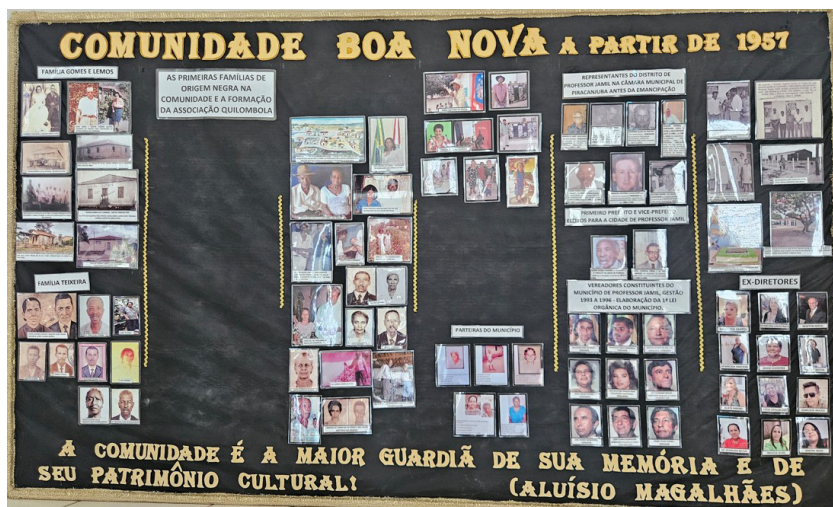


Figura 10 – Iniciativa pedagógica das professoras do Colégio Estadual Quilombola Boa Nova, Fabiana Silvério Gomes Gonçalves e Fernanda Silvério Gomes Silva da escola (2025)
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Na imagem da Figura 10, o quadro recupera marcos fundadores e personalidades da comunidade Boa Nova na formação de Professor Jamil. O quadro é utilizado como uma ferramenta pedagógica na educação municipal. Na frase, lê-se: “A comunidade é a maior guardiã de sua memória e de seu patrimônio cultural!” (Aluísio Magalhães).

Nesse sentido, a história e os saberes de Boa Nova constituem um patrimônio cultural vivo, expressando uma ciência popular construída na relação com a ancestralidade, o território e a memória de seus antepassados. O sentido de comunidade fortalece-se quando seus membros se reconhecem como parte de uma história compartilhada e assumem a responsabilidade de transmiti-la às novas gerações.



Figura 11 – Roda de conversa da Comunidade Quilombola Boa Nova durante o Projeto Educação Escolar Quilombola, em parceria com o Instituto Federal Goiano (2025)
Fonte: Acervo pessoal do autor.

É dessa forma que a convivência preserva a herança comunitária, fortalece os vínculos sociais e reafirma a identidade quilombola, tanto nas práticas materiais quanto nas expressões imateriais da cultura, como nos versos de um “Raio X da nossa cultura”, de Tamirinho Teixeira, que aproxima a arte, a memória e a resistência de Boa Nova.

Tamirinho Teixeira
Raio X da nossa cultura
(Declamado na Semana Cultural)

Tenho aqui um Rádio X também da nossa cidade,
mas especialmente das belezas que habitam as adjacências.

São seres importantíssimos, iguais peças de xadrez.

Cada qual, por sua vez, mostrando sua ciência.
Apresento a vocês artistas da nossa cidade,
desconhecidos da verdade que aparentam às nossas vistas.

São especialistas da música, tocadores de violão.
Sonhos sonhados em vão, assim caminham os nossos artistas.
São brasileiros que não desistem, fazendeiras de crochê,
linhas que entrelaçam na fé com retorno de lindos trabalhos.

Temos nossas fiandeiras, é também do artesanato.
Doceiras que é o retrato das delícias que espalham.
Pintores, temos vários pintores que não deixam a desejar,
letreiros tão singular que é só mesmo pra quem tem o dom.

Tecladistas, bateristas, vozes de fazer chorar,
é o que venho lhes apresentar, tudo aqui em alto bom som.
Um pouco de nossa cultura apresento com alegria.
E os cantadores de folia, são décadas de devoção.

Ah, estava esquecendo, dos contadores de história.
Cá entre nós, que memória, uma embolada de emoção.
Temos no trevo floresta os verdadeiros artesãos,
trabalho feito com as mãos de peritos do anonimato.

É pena não ganhar o mundo, não ser assim mais reconhecidos,
é pena estarem esquecidos os artistas do artesanato.
Deixo aqui o meu abraço aos que defendem nossa cultura.
É claro, falta estrutura, mas não falta animação.

Continuemos nos trabalhos, esta é a nossa conduta,
prontos pra qualquer disputa aqui na nossa região.

ATIVIDADE PEDAGÓGICA 4

.....

4. SABERES QUE ALIMENTAM

A alimentação tradicional faz parte da história, da cultura e da sobrevivência das comunidades quilombolas. Muitos alimentos e receitas atravessam gerações, sendo ensinados no cotidiano, na convivência familiar e comunitária.

Nesta atividade, os estudantes vão identificar e valorizar esses saberes presentes no livro e nas entrevistas da comunidade.

Orientações:

A partir da leitura do capítulo sobre alimentação e saberes tradicionais, os estudantes devem identificar:

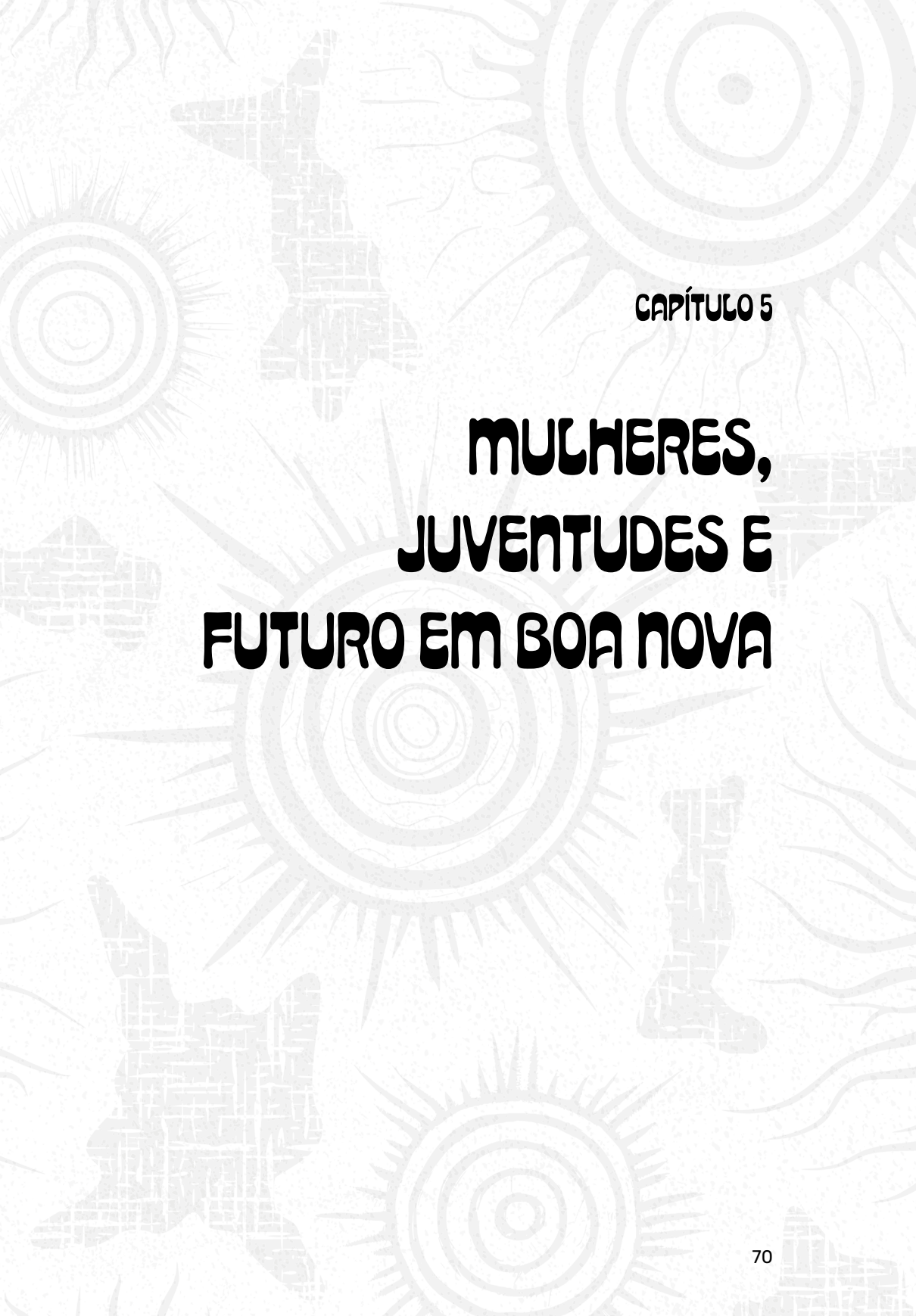
- alimentos citados (como banana, mandioca, milho, feijão, entre outros);
- formas de preparo mencionadas (farinha, mingau, cozidos, assados etc.);
- quem ensinou esses saberes (mãe, avó, familiares ou moradores da comunidade).

Depois, os estudantes podem escolher uma das propostas abaixo:

- montar um **mural coletivo**, com nomes dos alimentos, desenhos, fotos ou pequenos textos explicativos;
- criar um **“Caderno de Receitas da Comunidade”**, reunindo receitas tradicionais, histórias ligadas a elas e a origem desses conhecimentos.

Objetivo da atividade:

Valorizar os saberes tradicionais, compreender a alimentação como parte da identidade quilombola e reconhecer o papel da memória e da oralidade na transmissão do conhecimento.

The background of the page is a light gray with a repeating pattern of stylized suns and human figures. The suns are depicted with concentric circles and radiating lines, while the human figures are shown in various poses, some with arms raised. The pattern is subtle and covers the entire page.

CAPÍTULO 5

MULHERES, JUVENTUDES E FUTURO EM BOA NOVA

Mesmo com a liderança pública frequentemente associada à figura de Alírio Eliseu Teixeira, a trajetória da vida comunitária em Boa Nova foi sustentada, em grande medida, por uma rede de mulheres que organizavam a dinâmica das famílias, cuidavam dos filhos, trabalhavam nas roças, mantinham os lares e participavam ativamente das articulações locais que envolviam o povoado. Maria Gonçalves lembra com saudade dessa união: “*Nós éramos uma turma de mulher, era bom demais. Nós fazíamos o serviço nosso. Parece que aquilo também era uma farra para nós*”.

Esse protagonismo feminino é um traço recorrente na história das comunidades quilombolas e na própria formação social brasileira. Em Boa Nova, as mulheres negras se faziam presentes em múltiplas tarefas e em contextos marcados por desigualdades de gênero e raça, enfrentando experiências de racismo e assumindo responsabilidades centrais na sustentação da vida coletiva. Francisca D’arc Teixeira conta:

Nós, as crianças pobres eram muito feias, as mulheres. E a gente cresceu assim... hoje é bullying, naquela época nem tinha nome, é um abuso mesmo.

E essa questão, quando você depara morando num lugar igual nós aqui, na Boa Nova, onde não tinha nem água direito para o necessário, que a gente lutava muito... você ia toda “riscada” para a escola assim, porque chovia, você não tinha uma sombrinha, você não tinha nada, então você passa a ser o quê?

A graça do momento. Então, ser mulher numa sociedade dessa, onde nós convivemos “lá em cima” com outras características de moças de outro grupo social... E nós aqui, as negrinhas.

O relato é um entre vários que evidenciam a persistência do racismo como experiência estrutural, marcada por exclusões econômicas, estéticas e simbólicas. Essas práticas não foram episódios isolados nem pertencem ape-

nas ao passado, atravessaram diversas fases da vida, afetando profundamente a construção da autoestima e da identidade.

Nessa difícil convivência com experiências de violência, muitas mulheres se conscientizaram e foram assumindo tarefas comunitárias e políticas na organização da comunidade. Exemplo dessa perseverança, Luzia Cristina do Carmo despontou como uma das principais lideranças, articulando os caminhos institucionais e desempenhando papel decisivo na afirmação política que levou ao reconhecimento da comunidade como quilombola pelos órgãos públicos, como a Fundação Cultural Palmares.

Luzia narra um dos momentos pessoais de tomada de consciência. Segundo ela, foi ao participar de encontros da Pastoral Negra da Igreja Católica que passou a se reconhecer definitivamente como mulher negra e remanescente quilombola. A partir de 2009, iniciou a mobilização da comunidade em torno do processo de autorreconhecimento, um caminho que exigiu persistência, articulação política e reflexão histórica por parte dos moradores negros ao revisitarem o seu passado. Luzia Cristina do Carmo conta:

Foi difícil porque nossa história é muito sofrida, ninguém quer ser negro. Porque vem de um sofrimento muito grande. É voltar na origem lá atrás, é voltar na discriminação, em todas as dificuldades que a gente passou. E ninguém quer isso, todo mundo quer esquecer.

Então nós estamos cansados disso, ninguém quer isso. E aí eu organizei a comunidade, comecei a trazer palestras, convidar pessoas de fora para vir e falar. E aí a gente foi se agrupando.

E quando eu trouxe a Fundação Cultural Palmares aqui, que veio a menina lá de Brasília, a antropóloga, aí o Seu Alírio veio dar o depoimento dele. Ele deu o depoimento falando que ele pertencia à comunidade, falou da história da família dele...

E aí eu fui buscar a história do meu povo, do meu avô. Aí meu avô contou da história que ele veio do quilombo, fugido lá de Minas para

cá. E aí fui conversando com mais outros... e outros começaram a contar as histórias deles.

A partir dessa articulação, Luzia passou a organizar a documentação necessária e a encaminhá-la aos órgãos federais competentes, recebendo, no final de dezembro de 2015, a certificação de reconhecimento da Fundação Cultural Palmares. Concomitantemente ao processo de oficialização, a comunidade foi surpreendida com o fechamento da Escola Estadual Boa Nova, instituição que existia com essa denominação desde 1993, resultado de uma conquista no período da gestão política de Alírio Teixeira. Na época do encerramento das atividades, em 2015, a escola atendia mais de 100 estudantes da comunidade e da região.

Houve tentativas de intervenção por parte de lideranças políticas locais, mas, naquele primeiro momento, a decisão não foi revertida. Foi então que a Associação Quilombola, ainda em processo de estruturação, assumiu papel central na mobilização, estabelecendo diálogo com a Secretaria de Educação e fortalecendo a reivindicação comunitária. O reconhecimento oficial pela Fundação Palmares teve peso significativo nesse processo, contribuindo para a reversão da decisão e a manutenção da escola em funcionamento. “Essa foi a primeira vitória da Associação para a juventude de Professor Jamil”, exclama Luzia do Carmo.

Recentemente, em 2023, a antiga Escola Estadual Boa Nova foi renomeada como Colégio Estadual Quilombola Boa Nova, consolidando, no plano institucional, a identidade étnico-territorial da comunidade como resultado das reivindicações articuladas pela Associação.

Atualmente, a Associação Quilombola Boa Nova representa cerca de 180 famílias, abrangendo aproximadamente 650 pessoas, conforme registros na Fundação Cultural Palmares. Com esse status, o povoado passou a ter mais visibilidade e acesso a políticas públicas, tanto em Professor Jamil quanto na região. Luzia narra com orgulho essa projeção da comunidade, destacando a honra de representá-la nos diversos encontros e diálogos estabelecidos com o poder público e em outros espaços institucionais, como o Tribunal de Justiça.

Segundo ela, foi um momento emblemático quando juízes se sentaram para ouvir a história da comunidade, gesto que simbolizou respeito e reconhecimento público à comunidade. Luzia Cristina do Carmo conta:

Me sinto tão feliz, eu me sinto realizada de ser uma mulher que veio lá de baixo, de muita dificuldade, e hoje eu estou aqui, representando não só minha Comunidade Quilombola Boa Nova, mas eu estou hoje como presidente da primeira coordenação de articulações de comunidades quilombola do estado de Goiás. É uma responsabilidade muito grande, na qual eu represento 64 comunidades no estado. Então, cada pessoa, cada presidente, todo dia me liga cada um tem um problema, uma problemática, e eu tô aqui tentando resolver cada causa pra cada um.

Então, eu me sinto feliz de Deus ter me proporcionado estar aonde eu estou.

Essa visibilidade pública também foi importante para a afirmação da identidade quilombola em um contexto de grande crescimento urbano na última década em Professor Jamil de modo geral. Atualmente, segundo as estimativas mais recentes disponíveis no site do IBGE, o município de Professor Jamil possui cerca de 3.750 habitantes estimados (IBGE, 2022). . Desse total, estimativas informais sugerem que cerca de 1000 pessoas residem no bairro Boa Nova.

É importante destacar que esse processo de crescimento urbano, já consolidado no decorrer do tempo, integrou os atuais cinco bairros de Professor Jamil e contribuiu para a configuração de uma expressiva diversidade social entre seus moradores. Essa diversidade manifesta-se nas dimensões étnica, racial, religiosa e econômica, não apenas no bairro e no território quilombola de Boa Nova, mas no conjunto da cidade.

A experiência acumulada pela Comunidade Boa Nova, marcada pelo trabalho, pela fé e pela resistência, foi determinante para a consolidação do bairro como um setor estratégico e estruturante do município. Durante as

últimas décadas, os próprios moradores mais antigos destacam evidências do desenvolvimento local e das melhorias nas condições de vida, reconhecendo as transformações ocorridas no território. Essa trajetória reafirma a Boa Nova como um espaço de referência do passado e inspiração para o futuro.

Juventude e futuro

A trajetória feminina e a experiência dos mais antigos representam as bases da formação da Comunidade Boa Nova e orientam as novas gerações, transmitindo, de diferentes formas, o conjunto de tradições que expressa as lutas, resistências e conquistas acumuladas no decorrer do tempo.

Por sua vez, a juventude herda esse legado ao mesmo tempo que o reinventa de acordo com suas próprias dinâmicas sociais. Com mais acesso à escola, ao trabalho urbano e às novas tecnologias, essas possibilidades se ampliam, mas também ocorre um processo de dispersão e de ausências entre as novas gerações, muitas vezes pouco conectadas a esse passado, à medida que se integram ao crescimento regional e globalizado do mundo contemporâneo.

Como expressão do ativismo político das novas gerações, Eugênio Jacinto de Lemes Neto, de 34 anos, neto de Alírio Teixeira e filho de Francisca D'arc Teixeira, integra a Associação Quilombola, assumindo responsabilidades comunitárias e públicas no município de Professor Jamil. Nos seus depoimentos, ele demonstra preocupação com a preservação do patrimônio histórico-cultural da comunidade e acredita no fortalecimento da memória entre as gerações mais novas, sobretudo em idade escolar, ao reconhecer o papel que vem sendo desempenhado pelas escolas do município. Eugênio Jacinto de Lemes Neto conta:

Essa geração abaixo de 20 anos está colhendo e tomando consciência maior da potencialidade que é ser quilombola. Todos os semestres,

escolas comemoram a aprovação de aprovados em vestibular. Hoje temos jovens cursando medicina, o que era impensável antes.

Hoje temos educadores físicos, professores, fisioterapeutas... uma galera abaixo de 20 anos que traz para nossa comunidade um exemplo que esses profissionais podem servir nosso povo.

A valorização do conhecimento como parte do desenvolvimento futuro da comunidade também está presente na fala de Luzia do Carmo, ao destacar o papel da Associação. Luzia Cristina do Carmo conta:

Hoje a associação, graças a Deus, é bastante reconhecida no Estado. Nós temos um fruto muito grande de jovem fazendo faculdade hoje pela associação.

Nós já temos 15 jovens formados, temos 15 fazendo faculdade, já vão formar agora. Nós já temos médico aqui da comunidade, que atende aqui na comunidade. Nós temos tabelionato de justiça, nós temos enfermeiro formado padrão, nós temos engenheiro, nós temos engenheiro florestal, nós temos veterinário, tem um monte de gente formada.

Nessas conquistas recentes da comunidade, o trabalho desenvolvido pelas escolas estaduais tem sido fundamental. No decorrer dos anos, consolidou-se uma prática pedagógica comprometida com a valorização da história local, da ancestralidade e da diversidade racial, articulando projetos culturais, ambientais e sociais que dialogam diretamente com o território. Trata-se de uma pedagogia que integra memória, identidade e formação cidadã, como explica a professora Fabiana Silvério Gomes Gonçalves, contribuindo para o desenvolvimento do município e para o fortalecimento da juventude quilombola, iniciativas que já renderam prêmios e reconhecimentos institucionais, evidenciando a relevância e o alcance das ações desenvolvidas. Fabiana Silvério Gomes Gonçalves conta:

A gente trabalha o ano todo com registro de todas as atividades, com fotos, sequências didáticas, entrevistas, material que a gente coleta dos pais, dos alunos, dos avós, de toda a comunidade. No carnaval, a gente trabalha a origem negra do samba; em março, a questão das mulheres, das parteiras, da ancestralidade; em junho, a valorização do meio ambiente; e, ao longo do ano, temos a coleta seletiva solidária, a rádio escola, rodas de conversa sobre racismo e bullying. Novembro é dedicado à Consciência Negra. É uma sincronia de projetos, uma educação para a diversidade.



Figura 12 – Mural artístico na Escola Estadual Integral Quilombola Professor Jamil Safady, representando referências afro-brasileiras, Comunidade Boa Nova, Professor Jamil (2025)
Fonte: Acervo pessoal do autor.



Figura 13 – Luzia Cristina do Carmo e Eugênio Jacinto de Lemos Neto, membros da Associação Quilombola Boa Nova de Professor Jamil, em frente ao banner institucional da entidade (2025)
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Nessa tarefa que envolve a responsabilidade da juventude com a continuidade da comunidade, muitos moradores participam e seguem cooperando em um exercício que articula passado e presente, experiência acumulada e expectativas de futuro. Eugênio destaca a importância da construção de oportu-

nidades sociais e do reconhecimento dos valores comunitários como fundamentos do desenvolvimento coletivo. Eugênio Jacinto De Lemos Neto conta:

Desejo que a comunidade consiga, a partir dos seus membros, assumir as tarefas, porque disposição pra vencer o quilombo tem. Às vezes, as oportunidades é que não chegam coma as cobranças. É isso que eu vejo para o quilombo, como disse o Nego Bispo, o quilombo viver em harmonia. Porque é bonito demais ver o Pedrinho mexer com raiz, mas não pode ser só ele; é bonito ver a dona Maria benzer, mas não pode ser só ela; é bonito ver alguém plantar um milho, plantar arroz, a mandioca... mas é preciso entender que o que eu planto tem que dar pra mim, mas pode ser compartilhada com os outros, e deve... o quilombo eu enxergo dessa maneira. É dessa forma que eu consigo trazer uma percepção de grupo histórico, ancestral que está resgatando não o sofrimento, mas a luta que os outros fizeram lá trás.

Dessa forma, atado pelo tempo e pela memória, o povo quilombola se inspira na sua própria trajetória para enfrentar os novos desafios, reafirmando-se como sujeitos histórico em permanente construção. Nesse movimento, passado e presente se articulam na projeção de um horizonte de expectativas que evidencia que a comunidade não é apenas herdeira de um passado, mas protagonista de sua própria história.

ATIVIDADE PEDAGÓGICA 5

.....

5. Atividade – Mulheres, Juventude e Futuro em Boa Nova

Objetivo:

Compreender como memória, racismo, trabalho feminino e liderança se relacionam com a construção do futuro da comunidade.

Etapa 1 – Análise temática em grupos

Dividir a turma em 4 grupos.

Cada grupo ficará responsável por um tema do capítulo:

1. Racismo e memória
2. Trabalho feminino
3. Liderança e articulação política
4. Juventude e futuro

Cada grupo deverá responder:

1. O que o texto diz sobre esse tema?
2. Qual fala (depoimento) mais chamou atenção? Por quê?
3. O que esse tema ensina sobre o presente?
4. Os grupos terão 15 minutos para discutir e depois apresentar em até 3 minutos.
5. O professor pode anotar no quadro as ideias principais de cada grupo, organizando os quatro eixos.

Etapas 2 – Produção individual (escolha de tema)

Cada estudante deverá escolher um dos temas abaixo e produzir um texto de 15 a 20 linhas:

- Protagonismo feminino: Como as mulheres transformaram dificuldades em liderança?
- Juventude: Quais são os desafios e as responsabilidades das novas gerações?
- Educação e transformação: Por que a escola e o acesso à faculdade aparecem como conquista importante?
- Importância da memória: Por que lembrar o passado é fundamental para construir o futuro?

Orientação:

O texto deve utilizar pelo menos um exemplo do capítulo (pode citar uma fala).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta obra paradigmática, ao longo de seus cinco capítulos, construída a partir de narrativas de moradores que participaram ativamente da formação comunitária de Boa Nova, buscou demonstrar que a importância dos territórios quilombolas reside justamente na articulação entre história, memória e identidade. Embora parta de um conjunto específico de vozes pequenas em número, mas centrais em protagonismo, o texto evidencia como essas trajetórias coletivas ajudaram a construir uma ideia de comunidade unida pelas experiências de resistência e afirmação social.

A trajetória da Comunidade Quilombola Boa Nova surgiu profundamente vinculada à sua ancestralidade negra e a um processo histórico de longa duração, marcado pela migração de famílias, pela permanência e resistência no território e pela construção gradual de uma vida comunitária própria. Essa história se expressa em práticas sociais, ritos religiosos, celebrações culturais e modos de trabalhar a terra, bem como em lugares carregados de significado, as roças, os caminhos, os córregos, as matas e os espaços de convivência, que estruturaram a comunidade e fortaleceram o sentimento de pertencimento no território de Boa Nova e de Professor Jamil.

No decorrer do tempo, comunidades quilombolas seguem reforçando suas lembranças como forma de preservar conhecimentos, práticas culturais e modos próprios de organização social. Narrar essas histórias não significa apenas registrar o passado, mas afirmar direitos no presente. A memória, nesse sentido, torna-se instrumento de reconhecimento, de fortalecimento do pertencimento e de projeção de futuro.

Dessa forma, o reconhecimento formal quilombola não encerrou o processo de luta, ao contrário, abriu novos expedientes e permanece reivindicando respeito social, efetivação de direitos, acesso às políticas públicas, à permanência no território e à construção de condições dignas de vida. Trata-se de um processo em andamento, que exige mobilização, organização e compromisso coletivo permanente. A garantia do território é condição essencial para a continuidade da transmissão cultural e para o acesso à educação, à saúde, à moradia e às oportunidades de desenvolvimento.

A identidade quilombola representa a conquista de legitimidade histórica e o reconhecimento público e institucional por parte do Estado brasileiro, inserindo Professor Jamil no mapa social da população negra, que constitui a formação histórica, cultural e social de Goiás e do Brasil. Esse reconhecimento simboliza uma conquista coletiva e torna-se fundamental para enfrentar novos desafios, assegurando a continuidade da transmissão e do intercâmbio intergeracional de saberes que identifica a vida comunitária.

À juventude quilombola de Professor Jamil fica a lição de que a história não é apenas herança, mas também responsabilidade. Cabe aos mais jovens, que hoje frequentam a escola, ingressam na universidade e assumem papéis sociais na sociedade, valer-se desse passado para projetar o futuro que desejam.

Conhecer a história da Boa Nova enriquece a sociedade de Professor Jamil e também a sociedade brasileira, ao possibilitar o acesso e o diálogo com experiências vitoriosas, narradas por pessoas que permanecem presentes na comunidade, portadoras de saberes e valores essenciais para o desenvolvimento social. Afinal, como reforça Francisca D'arc: *“Estamos aqui, sempre estivemos”*.

É dessa forma que a comunidade se faz lembrada nos versos do poeta Tamirinho Teixeira.

**Professor Jamil, nosso quilombo,
Comunidade Boa Nova, fevereiro de 2021**

(...)

Sou da Comunidade Boa Nova,
aqui em Professor Jamil.
Sou cria também do Brasil,
eu admiro essa nossa luta,
onde provamos todos os dias
quem somos e de onde viemos.
Provar também o que queremos,
transparentar nossa conduta.

(...)

Quem estuda o nosso passado
fica "p.." da vida, confesso.
Mas aquele mesmo progresso
nos remessou um passo à frente.
De lá pra cá, meus amigos,
começamos a crescer,
começamos a entender:

Que na verdade não somos diferentes,
somos capazes se quisermos.

A inteligência é universal.
Somos o remédio do mal,
se assim determinarmos.
Sem rancor no coração

podemos combater o preconceito,
O racismo, nossos direitos, dia após dias,
sem cansarmos

(...)

Sou poeta quilombola
me orgulho de tal feito.
Não abro dos direitos que assiste
essa nossa raça mão dos direitos
que assiste essa nossa raça.
Vidas negras importam sim,
Todas vidas vem de Deus
Este é o pensamento meu e
Quiçá, de toda massa.

Estou junto com Luzia Cristina
e muitos aqui do nosso quilombo.
Que sem disfarçar os tombos
Levanta e segue em frente.
Esquece qualquer falatório
e mira no objetivo
que lá na frente se torna atrativo
dos que diziam diferente.

Deixo aqui o meu recado
nessas linhas que escrevo.
E até mesmo me atrevo
a me colocar à disposição
dessa turma batalhadora,
desse povo tão querido
que às vezes ficam esquecidos
andando na contramão.

Aos Zumbi dos Palmares
e ao mestre Nelson Mandela,

e outros que também lutaram,
a eles que enxergaram
O nosso potencial
Dica a gratidão eterna
Fica os nosso agradecimentos

(...)

FONTES ORAIS

Entrevistas

As entrevistas utilizadas neste caderno foram realizadas no âmbito do Projeto Educação Escolar Quilombola da Comunidade Boa Nova, no município de Professor Jamil em janeiro de 2026. Os depoimentos foram produzidos a partir dos princípios da história oral, da escuta qualificada e da coautoria comunitária, respeitando a autonomia dos(as) narradores(as) e o direito à memória. As falas foram registradas mediante autorização dos(as) entrevistados(as) e utilizadas de forma contextualizada.

BUENO, João Batista. Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova. Professor Jamil (GO), 2026.

CARMO, Luzia Cristina do. Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova. Professor Jamil (GO), 2026.

GONÇALVES, Fabiana Silvério Gomes. Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova. Professor Jamil (GO), 2026.

LEMO NETO, Eugênio Jacinto de. Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova. Professor Jamil (GO), 2026.

NETO, Manoel Jacinto. **Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova.** Professor Jamil (GO), 2026.

NORONHA, Francisco Regis. **Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova.** Professor Jamil (GO), 2026.

OLIVEIRA, Maria Divina Teixeira de. **Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova.** Professor Jamil (GO), 2026.

OLIVEIRA, Maria Gonçalves Teixeira de. **Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova.** Professor Jamil (GO), 2026.

TEIXEIRA, Francisca D'arc. **Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova.** Professor Jamil (GO), 2026.

TEIXEIRA, José Maria. **Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova.** Professor Jamil (GO), 2026.

TEIXEIRA, Lúcia Gonçalves. **Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova.** Professor Jamil (GO), 2026.

TEIXEIRA, Luzia Eleonora. **Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova.** Professor Jamil (GO), 2026.

TEIXEIRA, Pedro Gonçalves. **Entrevista concedida ao Projeto Educação Escolar Quilombola – Comunidade Boa Nova.** Professor Jamil (GO), 2026.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Elias Paes de. **Quilombo Boa Nova de Professor Jamil (GO):** olhares sobre racismo, educação não formal e empoderamento. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Campus Ceres, Ceres, 2022.

ARAÚJO, Thays Emanuely Alves de; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos; MELO, Cinthya Torres. Livros paradidáticos na educação escolar quilombola: lugar da identidade e do pertencimento étnico. **Revista Momento: diálogos em educação**, [s. l.], v. 32, n. 2, p. 265-288, 2023.

BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A festa do santo de preto**. 2. ed. Taubaté: Editora Cabral, 1995.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (Brasil). **Comunidades Quilombolas Certificadas**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GOIÁS (Estado). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. **Comunidades quilombolas em Goiás**. Goiânia: Governo de Goiás, 2023. Disponível em: <https://www.social.go.gov.br>. Acesso em: 10 dez. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Carta topográfica do município de Professor Jamil (GO). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Professor_Jamil#/media/Ficheiro:Goias_Municip_ProfessorJamil.svg>. Acesso em: 15 mar. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Professor Jamil (GO): panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/professor-jamil/panorama>>. Acesso em: 15 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Quilombolas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

PROFESSOR Jamil. In: **Wikipédia: a enciclopédia livre**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Professor_Jamil>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SOUZA, Bárbara Oliveira de. Movimentos Quilombolas: Reflexões sobre seus aspectos

político-organizativos e identitários. 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada

entre os dias 01 e 04 de junho/2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: <<https://silo.tips/download/movimento-quilombola-reflexoes-sobre-seus-aspectos-politico-organizativos-e-iden>>. Acesso em: jan. 2026.

SOBRE O AUTOR

Leonardo de Oliveira Souza é professor do Instituto Federal Goiano (IF Goiano) – Campus Iporá. É doutor em História Política pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com estágio de pesquisa na Universidad de Chile. Desenvolve pesquisas nas áreas de História e Memória, com ênfase no estudo dos regimes autoritários latino-americanos e de seus impactos nas disputas em torno da memória e dos direitos humanos. Desenvolve também projetos e ações voltados à promoção dos direitos humanos, à educação para as relações étnico-raciais e à valorização do patrimônio histórico-cultural e da memória social, fortalecendo o diálogo entre instituição e comunidade.

1º edição Goiânia-GO
Tipografia Inter

Este livro reúne memórias, entrevistas e experiências compartilhadas para reconstruir algumas trajetórias da comunidade quilombola de Professor Jamil. A obra evidencia processos de pertencimento, resistência e transformação social que atravessam diferentes gerações.

Resultado do diálogo entre pesquisa acadêmica e ação comunitária, o trabalho contribui para o reconhecimento da memória social e para o fortalecimento das identidades culturais, reafirmando a importância da história pública na construção do conhecimento histórico.